



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PAULA PRISCILIA MOREIRA DE FREITAS SILVA

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS IES PRIVADAS NO BRASIL

FORTALEZA

2019

PAULA PRISCILIA MOREIRA DE FREITAS SILVA

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS IES PRIVADAS NO BRASIL

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor^a Dr.^a Eveline Barbosa
Silva Carvalho

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S582a Silva, Paula Priscilia Moreira De Freitas.
Uma análise da educação a distância nas IES privadas no Brasil / Paula Priscilia Moreira De Freitas Silva. – 2019.
54 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho.
1. Educação a Distância. 2. ProUni. 3. Fusões. 4. Oligopólio. I. Título.

CDD 330

PAULA PRISCILIA MOREIRA DE FREITAS SILVA

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS IES PRIVADAS NO BRASIL

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Professor^a Dr.^a Eveline Barbosa Silva Carvalho
(Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Paulo César e Deusirene.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por ter proporcionado que eu chegasse até aqui.

A Prof^a Dr.^a Eveline Barbosa Silva Carvalho, pela orientação e pelas valiosas contribuições a este trabalho.

Aos professores participantes da Banca examinadora Dr. Guilherme Diniz Irfi e Dr. Paulo de Melo Jorge Neto pelo tempo e disponibilidade.

A todos os professores que ao longo dos anos contribuíram com minha formação profissional e pessoal.

As amizades que firmei na Universidade Federal do Ceará, em especial a minha amiga Janúzia, que ao longo do curso de Ciências Econômicas me deu apoio e palavras de encorajamento para chegar até o fim.

E, em especial, aos meus pais que me ensinaram a valorizar o estudo como forma de realização pessoal.

“A educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar o mercado de educação superior a distância no Brasil após a regulamentação da modalidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e os impactos que o Programa Universidade para Todos (ProUni) e as fusões causaram no mercado de educação a distância. Foi realizada pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, as informações obtidas foram substanciais para definir o mercado relevante, base de dados e uma estrutura de mercado liderado por oligopólios. Realizou-se uma análise descritiva do mercado de ensino superior a distância entre os anos de 1993 a 2017. A metodologia utilizada foi fundamentada em dados e indicadores quantitativos, tendo como principais fontes o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Hoper Educação e Ministério da Educação (MEC). Os resultados encontrados afirmam após a regularização do ensino a distância com a LDB de 1996 houve uma grande expansão da modalidade no país, que foi reforçado pela criação do ProUni que teve grande adesão das IES privadas em 2005, e teve seu ápice em 2013 com as fusões ocorridas no mercado de ensino superior que formaram grandes grupos educacionais com forte participação do mercado, e formando uma estrutura oligopolizada no setor.

Palavras-chave: Educação a Distância. ProUni, Fusões. Oligopólio.

ABSTRACT

This research has as objective to analyze the Brazilian higher distance education market after the regulation of Law of Guidelines and Bases of National Education (as known as LDB) from 1996 and the impacts the University for All Program (as known as ProUni) and the mergers caused in the distance education market. It was made a bibliography research from secondary sources, the information was substantial to define the relevant market, data base and a structured of market led by oligopolies. It was made a descriptive analyze of higher distance education market between 1993 to 2017. The methodology used was substantiated on quantitative indicators, having as the main resource the National Institute of Study and Educational Research Anisio Teixeira (as known as INEP), Hoper Education and Ministry of Education (as known as MEC). The results found confirm that after the regularization of the distance learning with the LDB from 1996 had a big expansion of this method in the country, that was reinforced by the creation of ProUni that had a large agreement from private IES on 2005 and had your peak on 2013 with the merger that happened on the higher education market that was what made big educational groups with strong presence in the market, forming an oligopolized structure in this sector.

Keywords: Distance education, ProUni, Mergers, Oligopolies

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Oferta do Ensino a Distância por UF de 2000 a 2002	18
Gráfico 2	– Beneficiados pelo ProUni de 2005 a 2017.....	32
Gráfico 3	– Crescimento das IES Públicas e Privadas de 1993 a 2003	35
Gráfico 4	– Evolução das IES que ofertavam EaD de 2000 a 2006	35
Gráfico 5	– Crescimento em percentual das IES que ofertavam EaD por categoria administrativa de 2000 a 2006.....	36
Gráfico 6	– Evolução das vagas ofertadas pelas IES em EaD de 2000 a 2006	36
Gráfico 7	– Evolução dos cursos ofertados pelas IES em EaD de 2000 a 2006.....	37
Gráfico 8	– Relação entre vagas ofertadas e ingressos nos cursos em EaD de 2002 a 2006	37
Gráfico 9	– Comparativo entre bolsas ofertadas e matrículas realizadas através do ProUni de 2005 a 2017	39
Gráfico 10	– Comparativo entre bolsas concedidas no EaD pelo ProUni e matrículas no EaD geral de 2005 a 2017.....	40
Gráfico 11	– Evolução do valor da mensalidade média em EaD de 2012 a 2017	43
Gráfico 12	– Evolução no número de IES por Categoria Administrativa de 2009/2017.....	45
Gráfico 13	– Número de Vagas Oferecidas no EaD por região de 2009 a 2017.....	46
Gráfico 14	– Número de Ingressos no EaD por região de 2009 a 2017.....	47
Gráfico 15	– Número de Matrículas no EaD por região de 2009 a 2017.....	48
Gráfico 16	– Número de alunos matriculados por curso EaD em 2017.....	48
Gráfico 17	– Número de Concluintes no EaD por região de 2009 a 2017.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Relação Vagas vs Ingressos em cursos presenciais nas IES privadas no período de 1995/2002	19
Tabela 2	– Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES.....	31
Tabela 3	– Renúncia Fiscal ProUni (2008 – 2015)	32
Tabela 4	– Renúncia Fiscal (2015)	32
Tabela 5	– Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa - 1993/2003	34
Tabela 6	– Variação na quantidade de vagas ofertadas e ingressos no EaD de 2002 a 2006	38
Tabela 7	– Variação na quantidade de bolsas concedidas na modalidade EaD e na modalidade presencial de 2005 a 2017.....	39
Tabela 8	– Comparação entre a mensalidade do EaD e na modalidade presencial de 2012 a 2017	43
Tabela 9	– Evolução no número de IES por região de 2009 a 2017	44
Tabela 10	– Evolução no número de polos por região de 2009 a 2017.....	44
Tabela 11	– Número de Vagas Oferecidas no EaD por região de 2009 a 2017	45
Tabela 12	– Número de Ingressos no EaD por região de 2009 a 2017.....	46
Tabela 13	– Número de Matrículas no EaD por região de 2009 a 2017.....	47
Tabela 14	– Número de Concluintes no EaD por região de 2009 a 2017.....	49
Tabela 15	– Número de Concluintes por modalidade de ensino nos períodos de 2000/2004/2008/2012/2017.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fusões e Aquisições: classificação e principais motivações	24
Quadro 2 – Maiores grupos educacionais privados em 2013.....	41
Quadro 3 – Maiores grupos educacionais privados em 2016.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CEAD	Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
DEE	Departamento de Estudos Econômicos
EaD	Ensino a Distância
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PRONTEL	Programa Nacional de Teleducação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SESU	Secretaria de Educação Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL	16
3	REFERENCIAL TEORICO	21
4	BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADA E DO PROUNI	26
4.1	Principais instituições de ensino superior privada que ofertam EaD no Brasil	26
<i>4.1.1</i>	<i>Kroton</i>	<i>26</i>
<i>4.1.2</i>	<i>Estácio</i>	<i>27</i>
<i>4.1.3</i>	<i>Universidade Paulista (UNIP)</i>	<i>27</i>
<i>4.1.4</i>	<i>Laureate</i>	<i>27</i>
4.2	Fusões e Aquisições (Parecer do Cade)	28
<i>4.2.1</i>	<i>Fusão entre Kroton e Anhanguera</i>	<i>28</i>
<i>4.2.2</i>	<i>Fusão entre Kroton e Estácio</i>	<i>29</i>
4.3	Programa Universidade para Todos (ProUni)	31
5	ANÁLISE DE RESULTADOS	34
5.1	Evolução do ensino superior no período de 1993 a 2006 e evolução do ProUni no período de 2005 a 2017	34
5.2	Crescimento das IES privadas no período de 2009 a 2017	41
5.3	Panorama do EaD no período de 2009 a 2017	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O marco inicial da educação a distância no Brasil segundo Saraiva (1996, p. 19): “foi a criação, por Roquete-Pinto, entre 1922 e 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação”.

Ainda segundo Saraiva (1996) em 1960 é criado o Programa Nacional de Teleeducação (Prontel) que era responsável por coordenar e apoiar a teleeducação no Brasil. Posteriormente em 1992 foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância e em 1995 a Secretaria de Educação a Distância.

Porém a educação a distância no Brasil voltada para o ensino superior teve seu grande marco em 1979, com a oferta de cursos veiculados por jornais e revistas pela Universidade de Brasília, que oferecia mais de 20 cursos com mais de 50 mil inscritos sendo em 1989 transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD). No entanto foi apenas nos anos de 1990 que o Ensino a Distância (EaD) ganhou espaço no ensino superior com a versão atualizada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que pela primeira vez regulamentou o ensino superior a distância.

Inicialmente ofertado pelas universidades públicas o EaD era voltado para a formação de professores, que necessitavam após a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, de um diploma para lecionar. Após a adesão da modalidade no ensino superior pelas instituições públicas, as instituições privadas também começaram a oferecer cursos nessa modalidade visando captar alunos para vagas ociosas advindas do ensino presencial.

Tendo as Instituições de Ensino Superior (IES) privada aderido ao EaD em sua totalidade rapidamente a modalidade foi expandida, chegando a se tornar uma alternativa ao ensino presencial, pois o fácil acesso e o valor acessível eram alternativas viáveis para quem não poderia pagar pelo ensino superior na modalidade presencial. Em 2004 foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni) que teve uma grande adesão das IES devido aos incentivos criados pelo programa, afim de incentivar as instituições a aderirem.

Em 2013 iniciou-se uma série de fusões e aquisições no mercado educacional no país formando assim grandes grupos que passaram a deter a maior parcela de alunos, segundo o Inep (2017) apenas cinco IES detinham quase 60% das matrículas em EaD de todas as 206 IES que ofertavam, ou seja, apenas 2,5% das IES oferecem 58,2% das matrículas de EaD no ano de 2017.

Por causa dos incentivos dados por programas governamentais e a série de fusões e aquisições, as IES privadas obtiveram um aumento considerável passando a dominar o mercado educacional superior.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2017 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o Brasil possuía 2.448 Instituições de Ensino Superior sendo que 206 destas ofertavam 2.108 cursos na modalidade a distância com 1.756.982 alunos matriculados em 2017, correspondendo a 21% do total de alunos matriculados em instituição de ensino superior. E esse avanço vem segundo Bielschowksy e Masuda (2018, p. 17): “[...] desempenhando importante papel no desenvolvimento econômico e social do país, atendendo a uma população que, de uma maneira geral, trabalha, é oriunda de classes sociais menos favorecidas e, muitas vezes, mora em municípios que não são atendidos pelo ensino presencial [...]”.

O objetivo deste trabalho é analisar o mercado de educação superior a distância no Brasil após a regulamentação da modalidade com a LDB de 1996 e os impactos que o ProUni e as fusões causaram no mercado de educação a distância.

A abordagem do estudo será quantitativa e bibliográfica. A metodologia utilizada foi uma análise descritiva que apresenta alguns indicadores do ensino superior, fundamentada em dados de fontes secundárias, coletados em sites qualificados e de fácil acesso e que são de fontes externas, publicados pelo governo, periódicos, livros, relatórios anuais e estudos particulares. Tendo como principais fontes de dados o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O período compreendido foi de 1993 a 2017, em que se busca analisar os efeitos que políticas públicas de incentivo a educação e as fusões tiveram no ensino superior a distância.

O presente trabalho foi dividido em seis capítulos, iniciado pela introdução. No segundo capítulo são abordados os aspectos históricos e reformas na lei da Educação a Distância no ensino superior no Brasil desde sua implantação até 2017. A terceira seção consta o referencial teórico que irá discorrer sobre estruturas de mercado. No quarto capítulo é feito um breve histórico das principais instituições de ensino superior privadas no Brasil e do ProUni. No quinto capítulo está presente a análise de resultados, e no sexto as considerações finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

A primeira universidade foi criada no Brasil em 1920, resultante de uma crescente demanda por ensino superior no país, servindo assim para o surgimento de leis que regulamentassem o ensino por todo o país. Tem-se também em 1930 a criação do Ministério da Educação que regulamentou o ensino superior através do Decreto 19.851 de 1931.

Mas só a partir de 1996 com a última sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é que todo o sistema foi regimentado, dando possibilidade para que o ensino superior também pudesse ser ofertado por instituições privadas, pois até então o ensino privado não era regulamentado e de acordo com Carvalho (2013, p. 1): [...] “o segmento privado compunha-se de um conjunto de IES confessionais e comunitárias; e, como não se previa juridicamente a existência de empresas educacionais, todas foram denominadas como instituições sem fins lucrativos, e isentas do pagamento de impostos”.

Logo que a LDB ganhou sua versão final em 1996, as instituições de ensino privadas deixaram de ser sem fins lucrativos, com isso deixando de usufruir de isenções fiscais.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I – particulares em sentido restrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II – comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III – confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV – filantrópicas, na forma da Lei. (BRASIL, 1996, p. 7).

Juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, foi instituída a educação a distância (EaD) no artigo 80, porém sua regulamentação veio a ocorrer apenas em fevereiro de 1998 com o Decreto nº 2.494.

De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 2.494 de 1998 tem-se que:

Art. 1 Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998, p.1).

O decreto nº 2.494 também estabeleceu uma série de diretrizes que regulamentavam o ensino a distância, onde foi estabelecido de acordo com Giolo (2008), diretrizes gerais para a autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições, distribuição de competências, situação das matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, certificados,

diplomas, avaliação de rendimento, definição de penalidades para o não atendimento dos padrões de qualidade e outras irregularidades e determinação da divulgação periódica pelo Ministério da Educação da listagem das instituições credenciadas e dos cursos autorizados.

Que ainda de acordo com Giolo (2008), se tratava de um decreto curto e genérico que acabava deixando lacunas em assuntos importantes como a oferta de programas de mestrado e doutorado, que precisariam de uma legislação específica para regulamentar o seu funcionamento. Apesar de diretrizes fracas e um pouco confusas o decreto que regulamentou a Educação a Distância foi o fator determinante para que aos poucos essa modalidade de ensino fosse sendo incrementada nas Universidades.

Porém somente com o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 foi possível ter uma visão mais ampla dos objetivos do EaD.

Art. 1 Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p.1).

Diferentemente do que constava no decreto de 1996, o de 2005 já conceitua a educação a distância como um instrumento que utiliza tecnologia de informação para mediar o contato entre alunos e professores, e não como um modelo de auto aprendizado. Além de conceituar melhor o EaD, o decreto também estabelece diretrizes mais efetivas, nas quais pode-se destacar: a obrigatoriedade de encontros presenciais, os níveis e modalidades em que os cursos podem ser ofertados, a validação do diploma em nível nacional e a regulamentação das instituições que quiserem ofertar ensino a distância.

Inicialmente o EaD foi criado para dar suporte ao ensino presencial e tinha como intuito abranger todo o sistema educacional, desde o ensino fundamental até o ensino superior, como pode-se ver no Art. 2 do Decreto nº 2494 de 10 de fevereiro de 1998:

Art. 2 Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (BRASIL, 1998, p.1).

Mas diferentemente do ensino superior que aderiu o ensino a distância em sua totalidade, sem restrições, o ensino fundamental e médio só pode ser ofertado em casos específicos como indicado no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996.

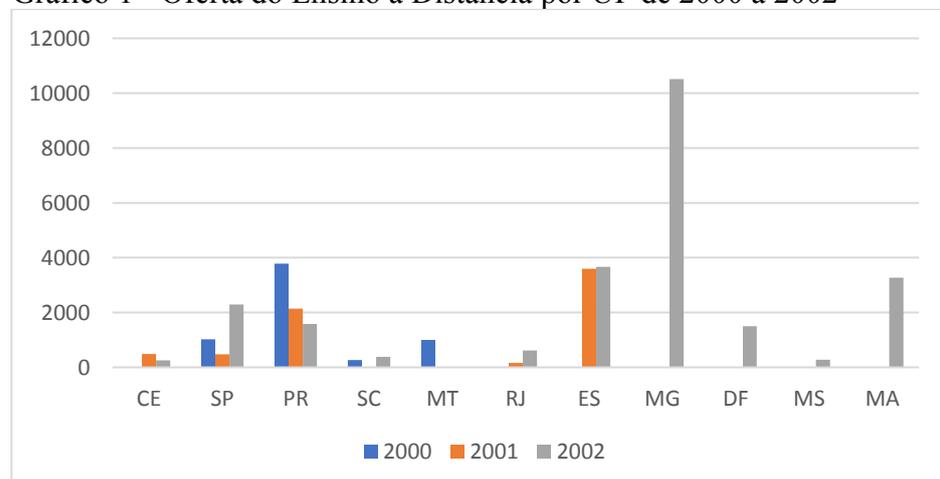
Art. 34. Instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização para oferecer o ensino fundamental e ensino médio em cursos a distância para: I – a complementação de aprendizagem; ou II – em situações emergenciais, conforme § 4º, do artigo 32 da Lei 9.394 de 1996. § 1º. Pode-se entender como emergencial, entre outras, a situação de brasileiros: I – que se encontram no exterior, por qualquer motivo; II – que vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial; III – que compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira. (BRASIL, 1996, p. 10).

Como o ensino a distância voltado para o ensino básico era muito restrito, o EaD foi direcionado e empregado no ensino superior. Inicialmente implantado em universidades públicas federais e estaduais tendo como foco a formação de professores. Essa iniciativa deu-se a princípio porque a LDB instituída em 1996 estabelecia que para um docente estar apto a lecionar ele precisava ter um diploma de graduação, o que gerou uma procura por parte de professores que não possuíam formação, mas que exerciam a profissão. De modo a facilitar e dar agilidade ao processo, as instituições públicas passaram a oferecer cursos a distância direcionados a formação desses profissionais. (GIOLO, 2008).

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p. 20).

Tendo sido regulamentado o ensino a distância, as instituições de ensino superior, inicialmente as universidades públicas, passaram a ofertar cursos nessa modalidade nos anos 2000, como já mencionado voltados para a formação de professores. No gráfico abaixo pode-se verificar a evolução de ofertas de cursos EaD de 2000 a 2002 por estado. Os estados nos quais não tem dados é porque não houve oferta de cursos na modalidade naquele ano.

Gráfico 1 - Oferta do Ensino a Distância por UF de 2000 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2018).

No gráfico pode-se verificar que nos anos 2000 e 2001 houve uma constância na oferta de cursos de graduação a distância, e a partir de 2002 houve um rápido crescimento explicado pela entrada de instituições de ensino privada no setor. Apesar da mudança no tipo de instituição de ensino superior (IES) o foco continuou a ser a oferta de cursos de licenciatura.

Esse interesse por parte da iniciativa privada na oferta de cursos a distância pode ser explicado segundo Giolo (2008) pela queda da demanda por cursos presenciais. Como as instituições privadas já haviam explorado de todas as formas o ensino presencial, e começou a perceber que estava havendo um declínio na demanda, elas resolveram explorar a educação a distância, aproveitando o capital físico e humano que já dispunha da educação presencial.

A tabela abaixo mostra a evolução da oferta de cursos de graduação na modalidade presencial, e sua relação com o número de ingressantes. Pode-se verificar que a quantidade de vagas ofertadas e de ingressos vai caindo com o tempo chegando a ter variação negativa no número de ingressantes nos anos de 1996 e 2002, evidenciando que para a iniciativa privada a modalidade presencial já estava em seu ápice e até mesmo chegou a seu esgotamento.

Tabela 1: Relação Vagas vs Ingressos em cursos presenciais nas IES privadas no período de 1995/2002

Ano	Vagas Ofertadas	$\Delta\%$	Ingressos	$\Delta\%$	%
1995	432.210	-	352.365	-	81,53%
1996	450.723	4%	347.348	-1%	77,06%
1997	505.377	12%	392.041	13%	77,57%
1998	570.306	13%	454.988	16%	79,78%
1999	675.801	18%	533.551	17%	78,95%
2000	970.655	44%	664.474	25%	68,46%
2001	1.151.994	19%	931.457	40%	80,86%
2002	1.477.733	28%	924.649	-1%	62,57%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Dada essa instabilidade por parte da demanda, as instituições precisaram buscar alternativas que pudessem suprir essa lacuna de vagas ofertadas e não utilizadas, e como já citado a solução mais viável foi a oferta de cursos a distância.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 referente a educação a distância que flexibilizou a oferta de cursos e o credenciamento de instituições, permitindo que as IES viessem a oferecer cursos apenas na modalidade a distância sem a necessidade de também ofertar cursos presenciais.

Art. 11. As instituições de ensino superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ao Ministério da Educação. [...]

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.

§ 3º A oferta de curso de graduação é condição indispensável para a manutenção das prerrogativas do credenciamento de que trata o § 2º. (BRASIL, 2017, não paginado).

O Decreto nº 9.057 também abre a possibilidade para que as IES possam ter autonomia para criar polos sem precisar passar pela avaliação do Ministério da Educação (MEC) para autorizar seu funcionamento. O MEC (2018) define polo como:

Polo de educação a distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no polo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, tele aulas, avaliação (provas, exames, etc.) e poderá utilizar toda a infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e/ou participantes do respectivo processo de formação.

Antes era necessário que houvesse um cadastro do novo polo e que o mesmo passasse por uma avaliação do MEC que poderia demorar anos até ser aprovado. Nesse sentido o novo decreto trouxe mais agilidade ao processo.

Art. 12. As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância, poderão criar polos EaD por ato próprio, observando os quantitativos.

Conceito Institucional	Quantitativo anual de Polos
3	50
4	150
5	200

[...]

§ 2º A ausência de atribuição de Conceito Institucional para uma IES equivalerá, para fins de quantitativos de polos EaD a serem criados por ano, ao Conceito Institucional igual a 3. (BRASIL, 2017, não paginado).

Além das duas mudanças destacadas acima vale ressaltar também a autorização para que as IES tivessem bibliotecas digitais e a abertura para o mercado externo.

3 REFERENCIAL TEORICO

Segundo Possas (1948) é possível identificar pelo menos três definições para o termo estrutura de mercado. A primeira definição é a mais difundida e a que se aproxima mais da visão neoclássica que é definida de acordo com Possas (1948, p. 87): “[...] pelo número de empresas concorrentes – do monopólio, passando pelo oligopólio, até a concorrência – e pela existência de produtos homogêneos ou diferenciados [...]”.

No entanto por ser uma definição, segundo o autor incompleta, ele aborda ainda mais duas definições de estrutura de mercado tendo como uma delas o modelo de estrutura-conduta-desempenho que segundo Possas (1948) é definido por algumas características como a concentração do mercado, substituíbilidade de produtos e se o mercado possui barreiras à entrada ou não de outros concorrentes.

E a terceira definição segundo o autor seria.

A ênfase na evolução da estrutura frente às condições da concorrência, efetiva ou potencial, que abrangem os fatores responsáveis pela transformação dessa estrutura, como o ritmo de acumulação interna de lucros potencialmente destinados a expansão, o grau e concentração do mercado e seus determinantes, a mudança nas formas de concorrência, o progresso técnico e a vinculação com outras indústrias e com a economia em conjunto (POSSAS, 1948, p. 88).

Para Garófalos e Carvalho (1986) o conceito de mercado vai além do espaço físico, mas está associado a mercadoria. Segundo o autor é possível definir o mercado:

“[...] como o conjunto de pontos de contato, segundo os quais os compradores e os ofertantes de recursos produtivos ou de determinado produto, ou grupo de produtos finais, e os usuários e prestadores de serviços ou grupo de serviços, concretizam os negócios resultantes do acordo [...]”. (GARÓFALOS; CARVALHO 1986, p. 340).

Deixando claro que um mercado não é limitado por espaço físico, mas que envolve uma relação entre comprador e vendedor, e que também segundo Garófalos e Carvalho (1986, p. 340): “[...] sendo flexível quanto à área abrangida, o conceito permite supor que sua constituição inclua a agregação de pontos de contato com a amplitude mundial, nacional, regional e/ou local [...]”.

Para Pindyck e Rubinfeld (2006) a estrutura de um mercado é definida pela quantidade de vendedores e compradores que existe nele e também pela natureza da mercadoria ou fatores de produção.

Pindyck e Rubinfeld (2006) ainda divide o mercado em competitivo e não competitivo, onde mercado competitivo é onde existem muitos compradores e muitos vendedores de modo que nenhum agente tem o poder de determinar preço. E o mercado não

competitivo é onde mesmo tendo muitos vendedores alguns deles juntos conseguem determinar preço e dominar a produção daquele determinado bem ou serviço.

A natureza da mercadoria para Garófalos e Carvalho (1986, p. 342): “[...] é manifestada pelo fato de os bens, serviços e fatores de produção poderem ser homogêneos ou diferenciados [...]”.

Dentro das características gerais do mercado encontra-se diferentes estruturas existentes que Garófalos e Carvalho (1986) divide em concorrência pura e perfeita e mercado imperfeito. Onde o mercado de concorrência pura ou perfeita possui características como otimização do mercado, produtos homogêneos, princípio da indiferença, transparência do mercado e livre mobilidade dos agentes e recursos produtivos.

Já os mercados imperfeitos segundo Garófalos e Carvalho (1986) dividem-se em três estruturas de mercado que são monopólio, concorrência monopolística e oligopólio.

Na concorrência monopolista ou imperfeita, várias empresas competem com produtos diferenciados, embora sejam substitutos próximos. No monopólio o setor é a própria firma, pois há um único vendedor sem produtos substitutos (SPÍNOLA; TROSTER, 1998 *apud* SAUAIA; KALLÁS, 2007).

Segundo Sauaia e Kallás (2007, p. 82) existe equilíbrio em monopólio e concorrência monopolística quando:

O equilíbrio num monopólio ocorre, quando a receita marginal se iguala ao custo marginal, anulando o lucro incremental. Como neste caso as curvas de demanda e de receita marginal são diferentes, o monopolista obtém lucros econômicos positivos com um preço de equilíbrio superior ao da concorrência pura, resultando quantidades demandadas inferiores. Na concorrência monopolista, o equilíbrio no longo prazo ocorre, quando novas empresas entram no mercado, forçando os lucros a zero. Nesses mercados, cada empresa assume como premissa o preço ou a demanda, sem preocupar-se com os concorrentes.

Para Garófalos e Carvalho (1986, p. 348): “O oligopólio pode ser conceituado como o regime ou estrutura de mercado em que um pequeno número de vendedores, concorrentes, rivais entre si, controla a oferta de um produto ou serviço, homogêneo ou diferenciado [...]”.

Que segundo Pindyck e Rubinfeld (2006) o fato de haver barreiras à entrada dificulta que outras empresas entrem no mercado, gerando a longo prazo lucros substanciais.

Garófalos e Carvalho (1986) conceitua dois tipos de oligopólio que são esses o oligopólio puro que envolve transações com produtos ou serviços homogêneos. Nele pode existir rivalidade ou não entre os vendedores assim como acordos legais ou secretos entre eles. E o oligopólio diferenciado, onde há concorrência efetiva entre os vendedores, pelo fato de cada um deles desfrutar de um relativo poder de monopólio dada à diferenciação do bem

transacionado. Existem poucos vendedores e os serviços e produtos não são substitutos perfeitos.

Possas (1948) traz também outras ramificações de oligopólio como: (1) oligopólio concentrado onde os produtos são homogêneos com baixa diferenciação e com poucas indústrias no mercado; (2) oligopólio diferenciado com elevada concentração e produtos diferenciados; (3) oligopólio diferenciado-concentrado ou misto que é uma junção do oligopólio concentrado e do diferenciado, e tem como característica principal a diferenciação de produtos como forma de competição e um nível elevado de concentração; e (4) oligopólio competitivo que possui uma concentração alta da produção, mas que tem a possibilidade da competição em preços devido a existência de empresas marginais.

Segundo Bain (1952, p. 270-273 *apud* GARÓFALO; CARVALHO,1990, p.350) existem duas situações que explicam como surgem os oligopólios:

Quando as firmas de determinado setor industrial possuem, desde o início de suas atividades ou de suas fundações, uma posição dominante [...] e quando são processadas fusões e/ou incorporações, que possibilitam que algumas firmas passem gradativamente a dominar ou a garantir para si parcelas crescentes de participação no mercado de determinado produto ou serviço [...].

Garófalo e Carvalho (1986) ainda traz justificativas do porquê aparecerem os oligopólios que são: (1) economia na produção em grandes volumes que são as empresas que tem capacidade para produzir em grande escala tenha uma vantagem sobre aquelas que não tem essa capacidade; (2) perspectivas de obtenção de maiores lucros que podem ser obtidos através de fusões entre empresas para restringir a concorrência; (3) vantagens de diferenciação de produtos que possibilita que determinadas indústrias ganhem uma parcela significativa do mercado se sobressaindo a seus concorrentes; e (4) vantagens absolutas de custos que ocorre quando as firmas tem vantagem no acesso aos insumos ou maior domínio do processo de produção fazendo com que os seus custos sejam baixos e com isso operando com preços abaixo daqueles que outras firmas operam, isso garante que ela consiga lucros maiores que as demais que estão no mercado.

Os oligopólios podem ser formados através de fusões e/ou aquisições que possuem definições distintas segundo Gitman (1997) ocorre aquisição quando duas ou mais empresas se unem e a empresa resultante mantém a identidade de uma delas, e ocorre fusão quando a junção de duas ou mais empresas formam uma empresa totalmente nova.

O fato de ocorrer fusões e aquisições segundo Camargos e Barbosa (2003, p. 18): “é uma maneira rápida de uma firma crescer, entrar em mercados, defender-se de aquisições indesejadas, aproveitar oportunidades de investimento, ou até mesmo de alguns participantes

desses processos lucrarem às expensas de outros”.

Gitman (1997) classifica as fusões em quatro tipos: horizontal, vertical, concêntrica e conglomerado. O quadro abaixo sintetiza cada tipo de fusão e seus objetivos.

Quadro 1: Fusões e Aquisições: classificação e principais motivações

Tipo	Definição	Possíveis objetivos
Horizontal	Fusões dentro de uma mesma indústria ou segmento	Obter de economias de escala e escopo Elevação do market-share Penetrar rapidamente em novas regiões
Vertical	Fusões de empresas que estão à frente ou atrás da cadeia produtiva	Maior controle sobre as atividades Proteção do investimento principal Maior facilidade na distribuição dos produtos Assegurar matérias-primas (eventualmente a custos mais baixos)
Concêntrica	Fusões de empresas com produtos ou serviços não similares que apresentam algum tipo de sinergia	Diminuição dos custos de distribuição Diversificação do risco Adquirir rapidamente o know-how no setor Ampliar a linha de produtos Entrar em novos mercados
Conglomerado puro	Fusões sem qualquer tipo de sinergia	Diversificação do risco Aproveitar as oportunidades de investimento

Fonte: BNDES (BRASIL, 1999, p. 2).

É comum em mercados imperfeitos encontrar a prática de diferenciação de preços a depender do produto comercializado. Segundo Varian (1994) tem-se três tipos de discriminação de preços sendo eles: (1) a discriminação de preços de primeiro grau que ocorre quando são vendidos diferentes unidades de produtos por preços diferentes que variam de pessoa para pessoa; (2) a discriminação de preços de segundo grau que é definida pela quantidade de unidades vendidas, mas que não existe discriminação de pessoa para pessoa, e (3) a discriminação de preços de terceiro grau que ocorre pelo tipo de consumidor, é onde o preço é definido pelo grupo a qual a pessoa está inserido, mas que todos que se enquadram naquele grupo vão pagar o mesmo valor.

Apesar da diferenciação de preços ser mais utilizada em mercados monopolizados, existem estudos que apontam a existência também em mercados oligopolizados. O primeiro autor a abordar a discriminação de preço de terceiro grau em mercado de concorrência imperfeita foi Holmes (1989) onde considerou para a análise um duopólio simétrico com concorrência em preços e produtos diferenciados.

Levando em consideração que é possível existir diferenciação de preços de terceiro grau em mercados de concorrência imperfeita como oligopólio pode-se identificar algumas

características desse tipo de mercados. Segundo Varian (1994) para determinar o preço é necessário identificar qual o grupo de consumidores possui a elasticidade de demanda menor e a que possui a maior, pois o preço auferido a cada grupo vai depender de sua elasticidade.

Se for considerado que o ensino presencial e o EaD são bens substitutos que tem a finalidade de oferecer o diploma teremos a existência de dois grupos de pessoas, as que consomem o ensino presencial e as que consomem o EaD. Fariam parte do grupo com elasticidade menor aqueles que consomem o ensino presencial e que por isso pagariam uma mensalidade maior. Já o grupo de consumidores com maior elasticidade seriam aqueles que consomem o EaD e com isso pagariam uma mensalidade menor se comparada ao ensino presencial.

Disto isto é importante elencar algumas características do ensino a distância que possibilitam que haja um custo menor para a instituição e com isso a possibilidade de oferecer o serviço a um valor menor também. Segundo Silveira et al. (2005) “Os custos de implantação do ensino à distância dividem-se em: custos tecnológicos, custos operacionais e custos instrucionais [...]”.

Ainda segundo o autor os custos no processo de implantação são mais caros na modalidade do ensino a distância devido a maior capacitação exigida dos profissionais envolvidos, maior assistência técnica e constante atualização de sistemas operacionais, equipamentos e material didático. No entanto tem menores custos operacionais, pois necessita de menor espaço físico, menores gastos com segurança, professores e funcionamento.

Para Silveira et al. (2005) apesar dos custos de implantação serem altos e até representarem barreiras à entrada nesse mercado, esses custos podem ser diluídos na quantidade maior de mensalidades, dado que o EaD tem a capacidade de atender um número maior de alunos. Em consequência disso pode-se verificar tanto economia de escala como escopo.

Uma vez custeadas as despesas de implantação, o custo marginal de inserir um aluno a mais é menor do que a receita gerada por este mesmo aluno. O resultado será ganho de capital para as IES que optar por esta modalidade de ensino. A utilização da EaD pode trazer também economia de escopo, já que as aulas além de serem apresentadas para vários cursos simultaneamente podem ser reutilizadas em outras aulas de outros cursos. O custo de apresentação da mesma aula em dois cursos juntos é menor do que o custo da apresentação da mesma aula em cursos separadamente. (SILVEIRA et al. 2005, p. 4).

4 BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS E DO PROUNI

4.1 Principais instituições de ensino superior privadas que ofertam EaD no Brasil

Sendo a Kroton, Estácio, Unip e Laureate os quatro maiores grupos de educação superior em quantidade de alunos e receita, tanto na modalidade de ensino presencial como na modalidade a distância fez-se necessário relatar um breve histórico sobre essas IES e como esse crescimento se deu.

4.1.1 Kroton

Considerada uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil, a Kroton Educacional teve sua trajetória iniciada em 1966 quando um grupo de cinco amigos criaram um curso de pré-vestibular denominado Pitágoras, que obtendo sucesso na aprovação de alunos no vestibular rapidamente passou de 33 para 600 alunos. Inicialmente focada no ensino básico a instituição ganhou notoriedade no ramo educacional, e em 2000 fundou a Faculdade Pitágoras sendo assim a primeira do grupo. Em 2007 a instituição abriu o capital na BM&FBovespa com o nome Kroton Educacional.

Em 2010 a Kroton adquiriu o Grupo IUNI Educacional, que atuava na graduação e pós-graduação presencial; em 2011 fez a compra da maior instituição de Educação a Distância do país, a Universidade Norte do Paraná (Unopar). Em 2013, a Kroton realizou a maior aquisição de sua história se fundindo com a Anhanguera e, com isso, consolidando a sua liderança tanto no ensino Presencial como na Educação a Distância. Com a fusão a Kroton passou a contar com 125 unidades de Ensino Superior, presentes em 18 estados e 83 cidades brasileiras, além de 726 Polos de Graduação EaD credenciados pelo MEC localizados em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal.

Atualmente a Kroton possui 667 polos de EaD e 124 campi distribuídos pelo Brasil. As instituições de ensino superior que integram a organização são Pitágoras, FAMA, Anhanguera, UNIME, UNIC, UNOPAR e UNIDERP. (KROTON, 2015).

4.1.2 Estácio

Fundada em 1970 como Faculdade de Direito Estácio de Sá e localizada na zona norte do Rio de Janeiro, obteve sucesso imediato dois anos após se transformando em Faculdades Integradas Estácio de Sá, incluindo outros cursos de ensino superior.

Tem a abertura de seu capital na Bolsa de Valores em 2007 e começa a ofertar cursos a distância em 2009, tendo grande avanço no EaD em 2013 e se consolidando em São Paulo com a aquisição da Uniseb. Atualmente atua em todo o território nacional com mais de 90 unidades e 500 polos ofertando tanto ensino presencial como o EaD. (ESTÁCIO, 2013).

4.1.3 Universidade Paulista (UNIP)

A Universidade Paulista fundada em 1988 é o resultado da fusão entre três instituições já existentes, sendo elas o Instituto Unificado Paulista (IUP), o Instituto de Ensino de Engenharia Paulista (IEEP) e o Instituto de Odontologia Paulista (IOP). Atualmente conta com 27 campi que englobam 65 unidades.

Em 2004 passou a ofertar cursos na modalidade a distância e conta hoje com mais de 600 polos de apoio presencial para os cursos de graduação e pós-graduação, atuando em todo território nacional. (UNIP, 2018).

4.1.4 Laureate

A Laureate Brasil faz parte da maior rede global de ensino superior Laureate International Universities, que conta com mais de um milhão de estudantes matriculados em 60 instituições espalhadas em mais de 20 países. No Brasil a Laureate está no mercado desde 2005, e é composta por 12 instituições com mais de 50 campi distribuídos em oito estados brasileiros, e polos em diversos locais do país na modalidade de educação a distância.

As instituições de ensino superior que compõem a rede no Brasil são a Business School São Paulo (BSP); CEDEPE Business School; Complexo Educacional FMU/FIAM FAAM; Centro Universitário do Norte (UniNorte); Centro Universitário IBMR; Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter); Centro Universitário FADERGS; Centro Universitário UniFG; Faculdade Internacional da Paraíba (FPB); Universidade Anhembí Morumbi (UAM); Universidade Potiguar (UnP); Universidade Salvador (UNIFACS); e EAD Laureate. (LAUREATE, 2018).

4.2 Fusões e Aquisições (Parecer do Cade)

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, que exerce, em todo o Território nacional, as atribuições dadas pela Lei nº 12.529/2011. O Cade tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência. (CADE, 2019).

Nesse tópico é abordado o ato de concentração nº 08700.005447/2013-12 que tinha como objetivo avaliar a aquisição da Anhanguera pela Kroton em 2013, e o ato de concentração nº 08700.006185/2016-56 que tinha como objetivo avaliar a aquisição da Estácio pela Kroton em 2016.

4.2.1 Fusão entre Kroton e Anhanguera

Em abril de 2013 teve início o processo que tinha como objetivo a fusão entre a Kroton Educacional S.A. e da Anhanguera Educacional Participações. Considerada a maior fusão entre instituições de ensino superior no Brasil ela foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2014 com uma série de restrições que deveriam ser cumpridas durante três anos a partir do primeiro semestre de 2015.

Para a aprovação da fusão o CADE elaborou através do Departamento de Estudos Econômicos (DEE) um estudo para avaliar o mercado de EaD das instituições e os impactos que a junção traria para o mercado de educação superior. Segundo o estudo divulgado pelo CADE (2014) foram verificados sobreposição de polos entre a Anhanguera e Kroton em alguns municípios brasileiros.

De acordo com a Superintendência Geral do CADE (2014) foi observado que dos 379 municípios em que a Unopar (Kroton) atuava ela era líder em 250 e nos outros 59 era a segunda colocada no mercado. Logo em 81% dos municípios em que atuava ela ocupava a primeira ou segunda colocação. Já a Anhanguera atuava em 201 municípios sendo líder em 97 e em 32 sendo segunda colocada, logo em 64% dos municípios em que atuava ela era líder ou estava em segundo lugar.

Logo foi apontado que a fusão resultaria em problemas concorrenciais em 171 cursos localizados em 55 municípios, em razão da ausência ou insuficiência de rivalidade. Isso

porque as outras instituições de ensino superior não teriam como concorrer efetivamente com Kroton e Anhanguera, que possuíam vantagens importantes em termos de captação de alunos, escala, catálogo de cursos, capilaridade de instituições e polos de ensino, preços, marketing e outras variáveis. (CADE, 2014).

Verificado isso o CADE aprovou a fusão, mas com algumas restrições:

a) alienação da Uniasselvi, pertencente à Kroton, a um terceiro, pois era esperado que fossem solucionados os problemas de concorrência em 12 municípios dos 55.

b) a bandeira – Kroton ou Anhanguera – que detivesse maior participação de mercado nos cursos em que foram detectados problema concorrenciais ficaria impedida de ofertar vagas. A outra que detivesse menor participação não poderia expandir sua oferta de matrículas.

c) locais onde Kroton e Anhanguera não estavam presentes simultaneamente, mas que poderiam se sobrepor futuramente em decorrência de pedidos já feitos ao Ministério da Educação e ainda não autorizados só poderiam ser ofertados por uma das bandeiras de modo a não prejudicar a concorrência potencial.

d) aumentar a proporção de mestres ou doutores para 80% e o incremento de ferramentas disponíveis e de material didático.

e) para solucionar problemas de concorrência no ensino presencial ficou acordado que haveria desinvestimentos nas localidades de Rondonópolis e Cuiabá, ambas em Mato Grosso.

Com essas medidas era esperado que os problemas de concorrência naqueles mercados de sobreposição fossem resolvidos.

4.2.2 Aquisição da Estácio pela Kroton

Em julho de 2016 foi anunciada a compra da Estácio Participações S.A. pela Kroton Educacional S.A., uma operação avaliada em 5,5 bilhões de reais que uniria as duas maiores instituições de ensino superior do país. Por se tratar de uma grande operação o CADE (2017) elaborou um estudo que tinha por objetivo avaliar a importância da marca e dos investimentos em marketing/publicidade no mercado de ensino a distância por meio de análises descritivas e da análise de preços hedônicos, além de analisar a existência de relações entre os mercados presencial e a distância de ensino superior.

O estudo dirigido pelo CADE (2017) apontou que com a aquisição haveria efeitos anticompetitivos no mercado de educação superior como um todo. Dos problemas que seriam causados pode-se apontar os seguintes:

a) sobreposição em cursos de graduação presencial, graduação à distância, pós-graduação presencial e à distância, além de cursos preparatórios presenciais e on-line para concursos e para a prova da OAB. Fazendo com que a Kroton passasse de 37% para 46% de parcela de mercado;

b) nos cursos presenciais e a distância a junção geraria elevados *market shares* e monopólios em diversos mercados locais. Apontando que a operação aumentaria o poder de mercado da Kroton e diminuiria de outros eventuais concorrentes;

c) a aquisição tiraria do mercado a principal concorrente, aumentando assim o poder de mercado da Kroton e afastando dos demais concorrentes, pois a mesma possui vantagens competitivas;

d) a operação poderia impactar nos preços cobrados e reduziria os incentivos à diversificação, melhoria da qualidade e inovação no ensino superior, além de tirar do mercado um player importante com marca consolidada e capacidade de investimento em propaganda e marketing, que tem contribuído para aumento da rivalidade entre as empresas, ao adotar estratégia de preços baixos.

Apontado as diversas dificuldades que a fusão geraria para outras instituições de ensino e entendendo que os remédios oferecidos pelas instituições para sanar os problemas eram insuficientes, o CADE reprovou a operação de aquisição da Estácio pela Kroton.

4.3 Programa Universidade para Todos (ProUni)

O Programa Universidade para Todos (ProUni), foi criado com a Medida Provisória nº. 213, de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e sendo regulamentado pelo Decreto nº. 5.493, de 18 de julho de 2005, possuindo como objetivo de acordo com o Art. 1 da referida lei o seguinte:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005, não paginado).

Era garantido as instituições que aderiam ao ProUni a isenção de tributos como forma de estímulo a oferta de bolsas como disposto do Art. 8 da Lei nº 11.096:

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;
III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991;
IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970. (BRASIL, 2005, não paginado).

Carvalho e Lopreato (2005) elaboraram um quadro que compara os tributos que eram pagos antes e depois do ProUni pelas IES.

Tabela 2: Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES

Tributos	Com fins lucrativos		Sem fins lucrativos			
			Confessional/Comunitária		Filantrópica	
	Antes PROUNI	Depois PROUNI	Antes PROUNI	Depois PROUNI	Antes PROUNI	Depois PROUNI
IRPJ	25% x lucro	-	-	-	-	-
CSLL	9% x lucro	-	-	-	-	-
COFINS	7,6% x receita	-	3% x receita	-	-	-
PIS	1,65 x receita	-	1% x folha	-	1% x folha	-
INSS (patronal)	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	-	-

Fonte: CARVALHO; LOPREATO, 2005, p. 102.

De acordo com o MEC (2014), o ProUni não representa gastos diretos orçamentários para o órgão em questão. Todavia, para viabilizá-lo, o governo federal investiu cerca de R\$ 1 bilhão em 2015. Na tabela abaixo é possível ver o quanto foi renunciado nos últimos anos.

Tabela 3 – Renúncia Fiscal ProUni (2008 – 2015)

Ano	Educação	ProUni	%
2008	3.605.423.197,00	434.173.655,00	12,04%
2009	4.971.416.478,00	530.599.079,00	10,67%
2010	5.688.916.609,00	578.115.899,00	10,16%
2011	6.048.216.655,00	564.545.664,00	9,33%
2012	7.105.357.616,00	758.423.247,00	10,67%
2013	10.847.789.798,00	1.057.371.640,00	9,75%
2014	11.950.989.495,00	1.129.960.598,00	9,45%
2015	12.541.966.921,00	1.730.302.280,00	13,80%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Receita Federal do Brasil (2019).

Pode-se observar que em média o valor renunciado com o ProUni representa 10% em relação ao valor renunciado na educação como todo. Esse valor se mostra significativo quando comparamos com os valores renunciados pelo governo referente a outros setores.

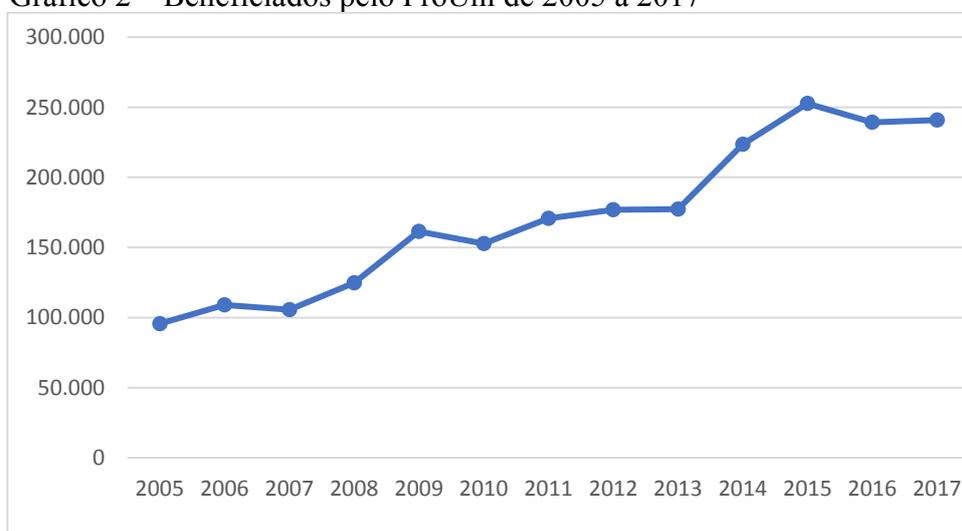
Tabela 4 – Renúncia Fiscal (2015)

Descrição	%
Despesas com Educação	30%
Entidades sem fins lucrativos	26%
Entidades Filantrópicas	23%
ProUni	13%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Receita Federal do Brasil (2019).

No gráfico abaixo é possível ver a quantidade de beneficiados pelo ProUni desde sua criação até o ano de 2017.

Gráfico 2 – Beneficiados pelo ProUni de 2005 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SISPROUNI/MEC (2019).

Para cada tipo de bolsa existem critérios a serem seguidos como descrito no Art. 1 da Lei nº 11.096:

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades. (BRASIL, 2005, não paginado)

Além dos critérios acima descritos também existiam pré-requisitos que precisavam ser seguidos para a concessão de bolsas de estudo, como limite de renda e ter cursado o ensino médio em escola pública, como é possível ver no Art. 2 da Lei nº 11.096:

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2005, não paginado).

Com a definição das regras a serem adotadas por quem aderisse ao programa ficava claro que a intenção era expandir o ensino superior de forma a atingir as classes mais baixas, que não podiam pagar as mensalidades de instituições privadas.

5 ANÁLISE DE RESULTADO

5.1 Evolução do ensino superior no período de 1993 a 2006 e evolução do ProUni no período de 2005 a 2017.

De acordo com a tabela abaixo é possível notar que houve um crescimento de aproximadamente 46% das IES após a implementação da LDB de 1996, que regulamentou o ensino superior. Esse avanço no número de instituições se dá pela iniciativa privada.

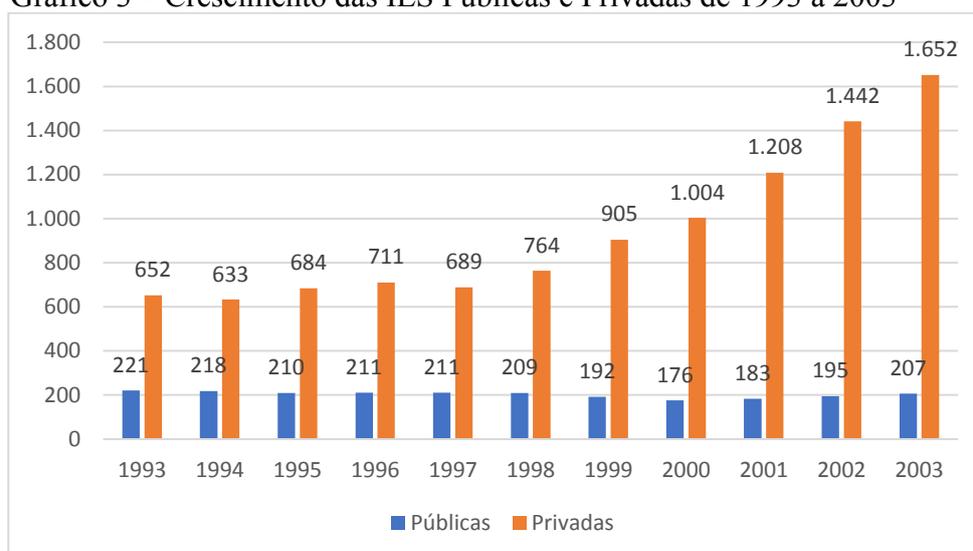
Tabela 5 – Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa - 1993/2003

Ano	Públicas	Δ%	Privadas	Δ%	Total
1993	221	-	652	-	873
1994	218	-1%	633	-3%	851
1995	210	-4%	684	8%	894
1996	211	0%	711	4%	922
1997	211	0%	689	-3%	900
1998	209	-1%	764	11%	973
1999	192	-8%	905	18%	1.097
2000	176	-8%	1.004	11%	1.180
2001	183	4%	1.208	20%	1.391
2002	195	7%	1.442	19%	1.637
2003	207	6%	1.652	15%	1.859

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Percebe-se que nos primeiros anos após a LDB houve um grande crescimento de instituições privadas enquanto houve uma queda no número de instituições públicas. Em 1993 haviam 221 instituições públicas de ensino superior e 652 privadas representando aproximadamente 26% e 74% do total de instituições de ensino superior. Dez anos depois em 2003 vemos que a quantidade de IES privadas saltou para 1.652 enquanto as públicas tiveram uma queda passando a ser 207 unidades. Pode-se notar que enquanto houve um crescimento de quase 40% de IES privadas no período de 1993-2003, houve um decréscimo de quase 7% de IES públicas, evidenciando que as políticas públicas vieram a favorecer mais o setor privado do que o público.

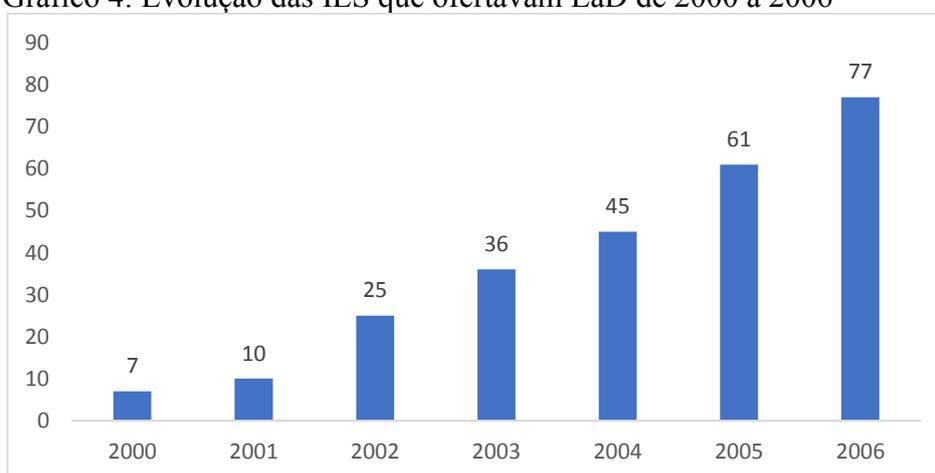
Gráfico 3 – Crescimento das IES Públicas e Privadas de 1993 a 2003



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Juntamente com as políticas de flexibilização do sistema educacional e o crescimento de Instituições de Ensino Superior vieram também a oferta de cursos a distância que inicialmente foram ofertados por IES públicas sendo posteriormente oferecidos por IES privadas.

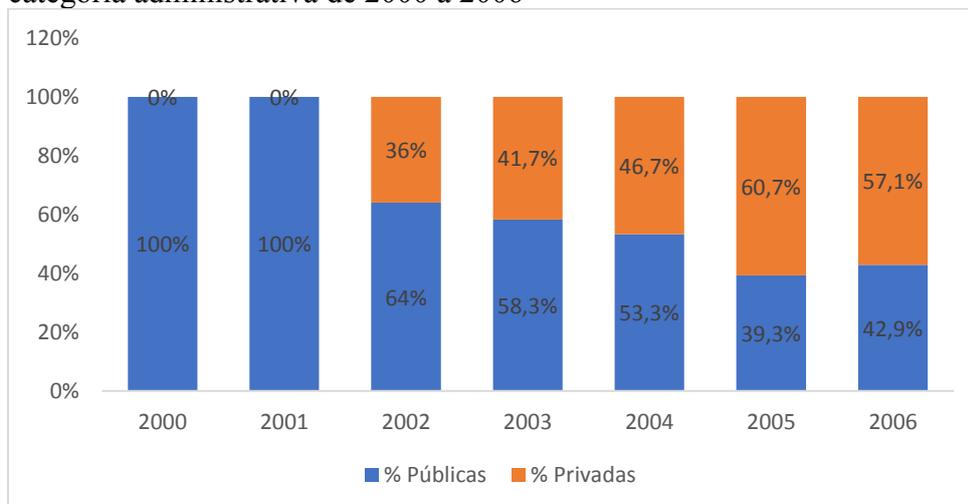
Gráfico 4: Evolução das IES que ofertavam EaD de 2000 a 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

O gráfico demonstra que no período houve um grande crescimento no número de IES que ofertavam EaD podendo até ter um número maior, pois as IES que aparecem no Censo da Educação Superior são aquelas que, no ano do preenchimento do Censo, tinha alunos matriculados, se apenas fossem credenciadas não entravam nas estatísticas.

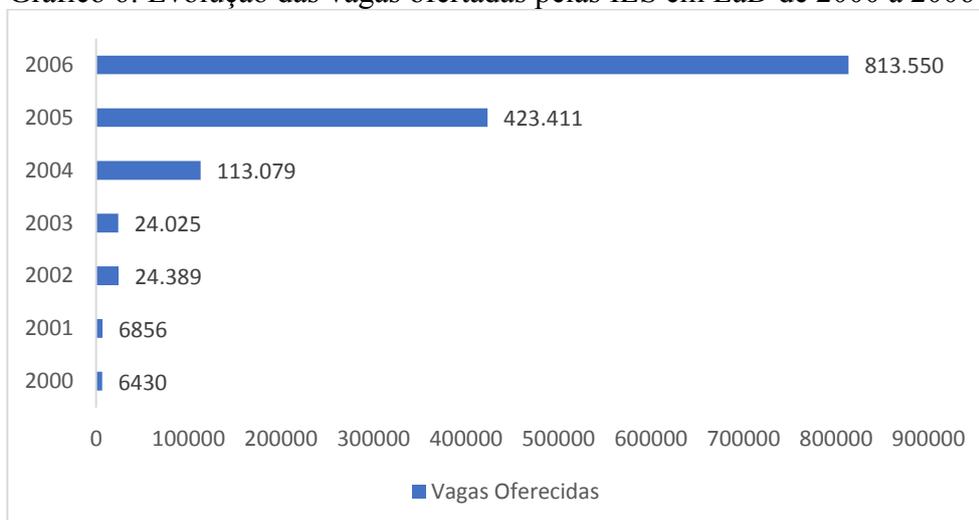
Gráfico 5: Crescimento em percentual das IES que ofertavam EaD por categoria administrativa de 2000 a 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Vê-se que a partir de 2002 há um aumento no número de instituições privadas, que passam a oferecer cursos na modalidade a distância e conseqüentemente o número de cursos e vagas ofertadas também aumentam.

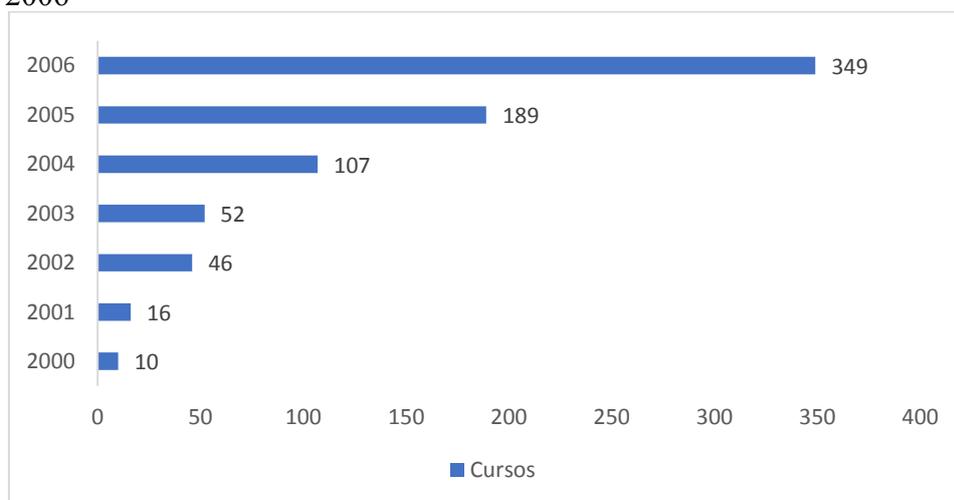
Gráfico 6: Evolução das vagas ofertadas pelas IES em EaD de 2000 a 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

As vagas ofertadas no período de 2000 a 2006 apresentaram um expressivo crescimento, onde em 2000 eram ofertadas apenas 6.430 vagas em 2006 já eram mais de 800.000 vagas ofertadas, um crescimento de mais de 1.000% em seis anos. A quantidade de cursos ofertados na modalidade de ensino a distância também cresceu passando de 10 para 349.

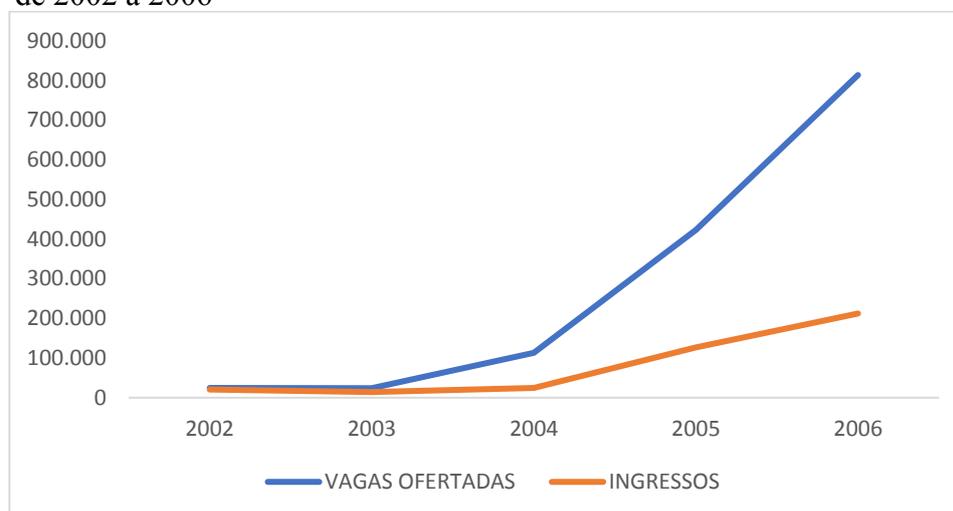
Gráfico 7: Evolução dos cursos ofertados pelas IES em EaD de 2000 a 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Apesar do aumento no número de IES oferecendo cursos na modalidade a distância a quantidade de inscritos não acompanhavam esse crescimento nos primeiros anos, deixando muitas vagas ociosas. É possível observar isso no gráfico abaixo:

Gráfico 8: Relação entre vagas ofertadas e ingressos nos cursos em EaD de 2002 a 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

É possível observar que a partir de 2002 a quantidade de vagas oferecidas aumenta e continua a crescer nos anos seguintes assim como a quantidade de ingressantes, mas partir de 2003 a diferença entre vagas ofertadas e ingressos começa a se tornar maior criando um grande número de vagas ociosas. Na tabela abaixo tem-se a variação por ano tanto de vagas ofertadas como ingressos no período de 2002 a 2006.

Tabela 6 – Variação na quantidade de vagas ofertadas e ingressos no EaD de 2002 a 2006

Ano	Vagas		Ingressos	Δ%	%
	Ofertadas	Δ%			
2002	24.389	-	20.685	-	84,81%
2003	24.025	-1%	14.233	-31%	59,24%
2004	113.079	371%	25.006	76%	22,11%
2005	423.411	274%	127.014	408%	30,00%
2006	813.550	92%	212.246	67%	26,09%

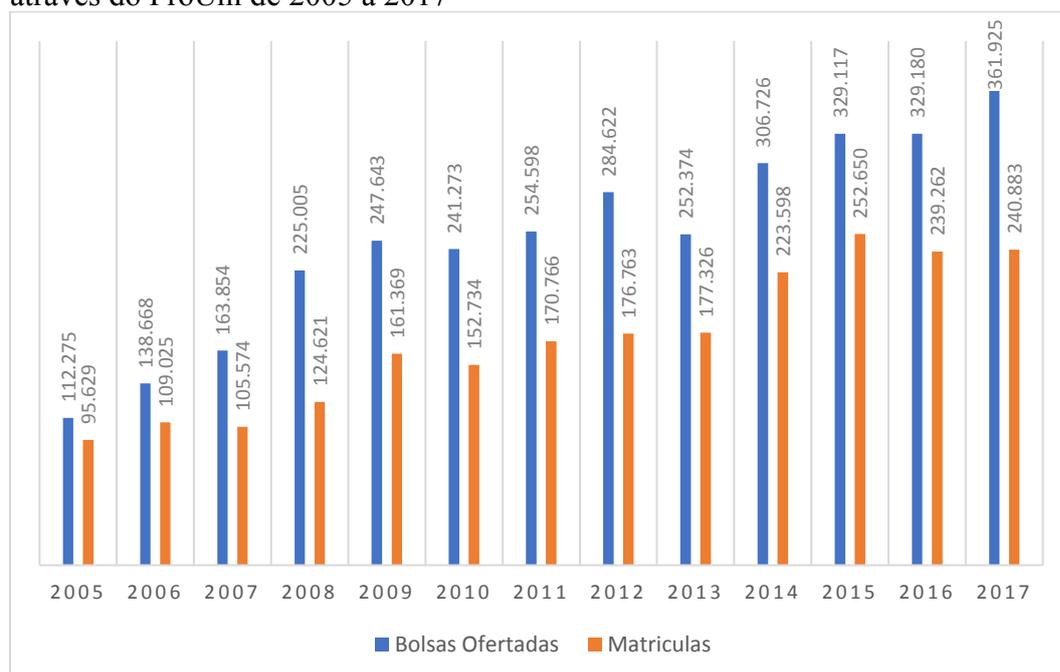
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

De 2003 para 2004 acontece uma variação negativa tanto no número de vagas ofertadas como no de ingressos, isso se dá não apenas em cursos a distância, mas na modalidade presencial também. Essa ociosidade de vagas dá-se segundo Ristoff (2008) no momento em pela primeira vez na história da República o número de vagas na educação superior superou o número de concluintes do ensino médio. E apesar do crescente aumento no número de vagas pelas instituições privadas não havia políticas de inclusão para pessoas que saíam do ensino médio e eram de classes baixas que não podiam custear cursos a nível superior pagos.

Em 2004 é criado o ProUni que tinha como objetivo segundo a Revista ProUni – MEC/SESU (2008) a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. A adesão das universidades privadas ao programa foi positiva dado que tinham benefícios fiscais como já mencionado. O programa teve uma adesão inicial de 1.142 instituições de ensino superior, encerrando o ano de 2007 com a participação de mais de 1.400 instituições segundo a (REVISTA PROUNI – MEC/SESU, 2008).

A partir da adesão ao programa pelas instituições as bolsas começaram a ser ofertadas e obtiveram um aumento gradual de 2005 a 2017 como pode-se ver no gráfico abaixo:

Gráfico 9: Comparativo entre bolsas ofertadas e matrículas realizadas através do ProUni de 2005 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PDA/MEC (2019).

No primeiro ano de oferta de bolsas em 2005 houve o preenchimento de 85% das vagas, porém esse percentual vai diminuindo nos anos seguintes tendo a menor adesão em 2008 com apenas 55% das vagas preenchidas. Ao todo a ociosidade do ProUni foi de 31% no período de 2005 a 2017.

No que tange a educação a distância tem-se que houve em média um crescimento maior de matrículas na modalidade a distância do que na modalidade presencial como demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 – Variação na quantidade de bolsas concedidas na modalidade EaD e na modalidade presencial de 2005 a 2017

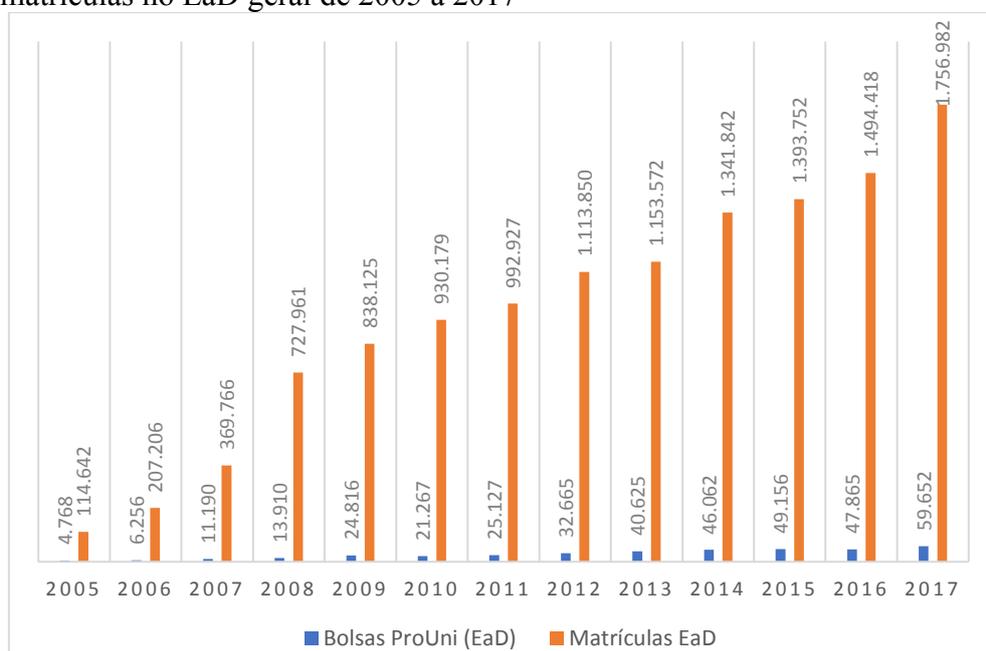
Ano	Bolsa EaD	Δ%	Bolsa Presencial	Δ%	Total
2005	4.768	-	90.861	-	95.629
2006	6.256	31%	102.769	13%	109.025
2007	11.190	79%	94.384	-8%	105.574
2008	13.910	24%	110.711	17%	124.621
2009	24.816	78%	136.553	23%	161.369
2010	21.267	-14%	131.467	-4%	152.734
2011	25.127	18%	145.639	11%	170.766
2012	32.665	30%	144.098	-1%	176.763
2013	40.625	24%	136.701	-5%	177.326
2014	46.062	13%	177.536	30%	223.598
2015	49.156	7%	203.494	15%	252.650
2016	47.865	-3%	191.397	-6%	239.262
2017	59.652	25%	181.231	-5%	240.883

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PDA/MEC (2019).

Observa-se que houve em média um crescimento de 26% de bolsas concedidas na modalidade de ensino a distância e apenas 7% na modalidade de ensino presencial, evidenciando a expansão que o EaD vem tendo nos últimos anos, representando 17% no número total de bolsas concedidas desde a criação do ProUni.

Quando se compara a quantidade de bolsas concedidas e a quantidade de matrículas na modalidade a distância tem-se que as bolsas representam 3% da quantidade total de matrículas no ensino a distância no período de 2005 a 2017.

Gráfico 10: Comparativo entre bolsas concedidas no EaD pelo ProUni e matrículas no EaD geral de 2005 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MEC (2019).

5.2 Crescimento das IES privadas no período de 2009 a 2017

Com o forte crescimento de instituições privadas no Brasil e o aumento da concorrência, as IES precisaram buscar alternativas que pudessem minimizar os impactos da concorrência. Segundo Ruas (2015) as instituições optaram por fusões a fim de criar grandes grupos educacionais que suportassem as pressões que o novo modelo de mercado sofreria.

Pode-se ver a mudança de comportamento devido a agregação que o mercado passou a ter. A junção de instituições que formaram grandes grupos educacionais e com isso passaram a deter um poder de mercado maior. Abaixo é possível verificar o antes e depois da maior fusão entre instituições de ensino superior do país.

Quadro 2: Maiores grupos educacionais privados em 2013

MAIORES GRUPOS EDUCACIONAIS PRIVADOS 2013					
Ranking	Grupo Educacional	Receita Líquida (em milhões de reais)	Participação da receita no setor	Nº de alunos - 2013	Market Share 2013
1	KROTON	R\$ 2.015	6,3%	519.000	9,5%
2	ANHANGUERA	R\$ 1.812	5,7%	442.000	8,1%
3	ESTÁCIO	R\$ 1.731	5,4%	315.700	5,8%
4	UNIP	R\$ 1.431	4,5%	247.520	4,5%
5	LAUREATE	R\$ 1.115	3,5%	170.000	3,1%
6	UNINOVE	R\$ 584	1,8%	134.000	2,5%
7	UNICSUL	R\$ 529	1,7%	55.000	1,0%
8	ÂNIMA EDUCAÇÃO	R\$ 461	1,4%	49.000	0,9%
9	SER EDUCACIONAL	R\$ 457	1,4%	48.800	0,8%
10	WHITNEY	R\$ 343	1,1%	40.000	0,7%
11	DEVRY	R\$ 242	0,8%	30.000	0,6%
12	GRUPO TIRADENTES - UNIT	R\$ 236	0,7%	40.700	0,7%
Subtotal		R\$ 10.956	34,2%	2.141.720	38,2%
Total do setor em 2013		R\$ 32.040	100,0%	5.448.730	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da HOPER Educação (2019).

Tinha-se que doze instituições juntas possuíam 34,2% de participação no setor em um total de 2.090 instituições de ensino superior privadas existentes de acordo com o censo de educação superior. Significando que apenas 0,5% das instituições detinham quase 40% de participação do mercado de ensino superior.

Em 2016 a quantidade de instituições com maior participação de mercado diminuiu para dez, isso se dá pelas fusões que ocorrem entre 2013 e 2015. A Kroton já considerada a maior instituição de ensino do país em 2013 compra a Anhanguera no final do ano de 2013 eliminando assim a sua principal concorrente do mercado.

Tem-se ainda no ano de 2013 outras fusões no ramo educacional com a compra do Complexo Educacional FMU pela Laureate. Pereira e Brito (2014, p. 9) comentam sobre a aquisição:

No final de agosto de 2013 foi a vez da rede Laureate International Universities, formada por mais de 70 instituições em 29 países, dona da faculdade Anhembí Morumbi no Brasil, arrematar o Complexo Educacional FMU por R\$ 1 bilhão. Fundada em 1968, a FMU era muito cobiçada por concorrentes pela força da marca e o negócio vinha sendo costurado há cerca de um ano.

Quadro 3: Maiores grupos educacionais privados em 2016

MAIORES GRUPOS EDUCACIONAIS PRIVADOS 2016					
Ranking	Grupo Educacional	Receita Líquida (em milhões de reais)	Participação da receita no setor	Nº de alunos - 2016	Market Share 2016
1	KROTON	R\$ 5.244.700	9,50%	877.000	14,4%
2	ESTÁCIO	R\$ 3.184.000	5,79%	436.000	7,2%
3	UNIP	R\$ 2.641.600	4,80%	403.000	6,6%
4	LAUREATE	R\$ 2.111.400	3,80%	245.000	4,1%
5	SER EDUCACIONAL	R\$ 1.125.400	2,00%	137.000	2,3%
6	ÂNIMA EDUCAÇÃO	R\$ 1.076.300	1,90%	85.000	1,4%
7	UNINOVE	R\$ 810.400	1,40%	131.000	2,2%
8	DEVRY	R\$ 800.000	1,40%	75.000	1,2%
9	UNICSUL	R\$ 573.200	1,00%	102.000	1,7%
10	UNICESUMAR	R\$ 379.000	0,60%	66.000	1,1%
SUBTOTAL		R\$ 17.946.000	32,2%	2.557.000	26,6%
TOTAL DO SETOR EM 2016		R\$ 54.974.100	100,0%	6.071.429	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da HOPER Educação (2019).

A Kroton que em 2016 possuía 6,3% de participação da receita no setor passa a ter 9,5% em 2016, além do aumento no número de alunos matriculados que passam de 519.000 em 2013 para 877.000 em 2016. É importante notar o avanço da Estácio que em 2013 era a terceira colocada no ranking e com a fusão da Kroton e Anhaguera passa para a segunda colocação.

No ano de 2013 a Estácio também faz uma importante aquisição adquirindo a Uniseb por R\$ 615 milhões, ampliando a oferta na modalidade a distância passando a ter com a aquisição 216 polos o que antes era 52. (PEREIRA; BRITO, 2014).

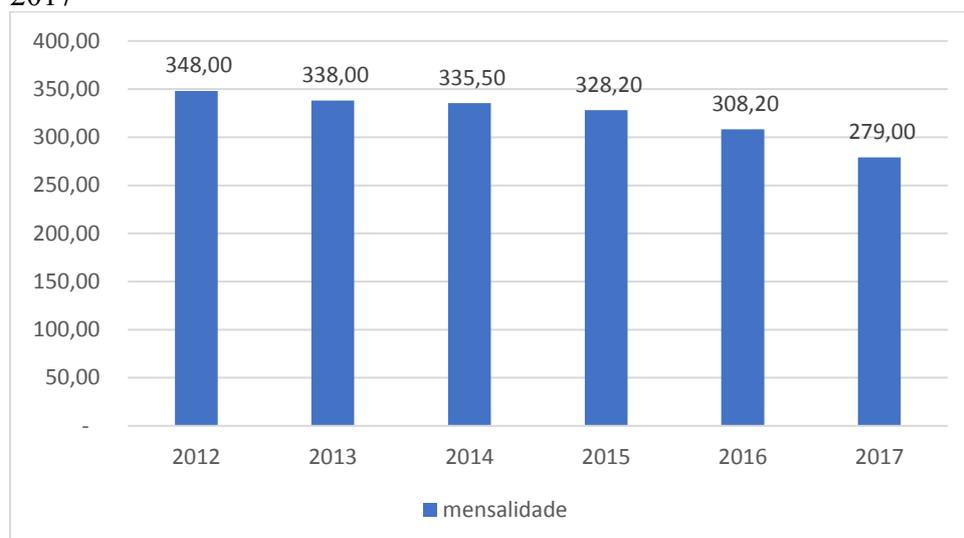
Ainda de acordo com Pereira e Brito (2014): “a concorrência mais acirrada neste terreno, depois do anúncio da fusão entre Kroton e Anhanguera, impulsionou a aquisição, afirmou em setembro o presidente da Estácio, Rogério Melzi”.

Para Pereira e Brito (2014, p.10): “as fusões e aquisições no setor educacional se constituem em alternativas para a adequação do porte e da estrutura organizacional das empresas ao mercado e à conjuntura econômica mundial”.

As fusões e aquisições também trazem ganhos para os alunos que segundo Pereira e Brito (2014, p. 10): “o aumento da capacidade de investimento que o novo sócio traz, possibilita um crescimento das operações, com investimentos em infraestrutura e a capacitação do docente, a troca de conhecimento e experiência entre as universidades da rede”.

Além dos benefícios já mencionados o aluno tem tido vantagem na mensalidade média que tem caído nos últimos anos na modalidade de ensino a distância.

Gráfico 11: Evolução do valor da mensalidade média em EaD de 2012 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da HOPER Educação (2019).

De 2012 a 2017 tem-se uma variação negativa de 19,83% no valor médio das mensalidades no mesmo período em que houve várias fusões no mercado educacional. Tem-se então que as mensalidades não foram afetadas pelas fusões que ocorreram no período.

Se for comparado o valor médio do EaD com o presencial vê-se que o valor da mensalidade na modalidade a distância é bem menor que na modalidade de ensino presencial e que nos últimos seis anos houve uma queda na variação média de -4% nas mensalidades de ensino a distância enquanto no ensino presencial teve uma variação média de 2% nas mensalidades. Evidenciando a vantagem que o EaD tem em oferecer cursos com valores mais acessíveis.

Tabela 8 – Comparação entre a mensalidade do EaD e na modalidade presencial de 2012 a 2017

Comparação entre a mensalidade do EaD e Presencial				
Ano	EaD	Δ%	Presencial	Δ%
2012	348,00	-	709,30	-
2013	338,00	-3%	730,20	3%
2014	335,50	-1%	759,00	4%
2015	328,20	-2%	824,10	9%
2016	308,20	-6%	802,90	-3%
2017	279,00	-9%	779,00	-3%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da HOPER Educação (2019).

5.3 Panorama da EaD de 2009 a 2017.

Nos últimos anos o EaD vem em constante expansão no ensino superior e esse crescimento pode ser visto em todas as regiões do país desde o aumento no número de instituições de ensino, vagas oferecidas, ingressantes, matrículas e concluintes. Abaixo será listado os principais índices que demonstram esse crescimento na modalidade de ensino a distância.

Os dados são do Censo da Educação Superior entre os anos de 2009 e 2017 e mostra a evolução da educação superior a distância.

Tabela 9 – Evolução no número de IES por região de 2009 a 2017

		Crescimento das IES por região - 2009/2017								
Região		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro-Oeste										
	Pública	16	17	18	19	19	20	19	19	19
	Privada	227	227	217	217	222	219	216	221	221
Nordeste										
	Pública	61	64	63	65	68	67	66	66	66
	Privada	387	369	369	379	378	385	390	414	451
Norte										
	Pública	19	25	27	28	26	25	24	24	24
	Privada	128	121	125	126	120	124	126	132	141
Sudeste										
	Pública	110	131	134	143	141	146	151	153	156
	Privada	980	1038	1023	1030	1004	980	967	973	965
Sul										
	Pública	39	41	42	49	47	40	35	34	31
	Privada	347	345	347	360	366	362	370	371	374
Total		2.314	2.378	2.365	2.416	2.391	2.368	2.364	2.407	2.448

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

O Sudeste concentrava o maior número de IES e a região Norte possuía o menor número com apenas 165 instituições em 2017. Percebe-se também que a quantidade de IES privadas superaram as IES públicas representando em 2017 aproximadamente 88% das instituições de ensino superior existentes.

A quantidade de polos de apoio presencial para cursos ofertados na modalidade de ensino a distância também cresceu no período, apresentando um crescimento de 20%.

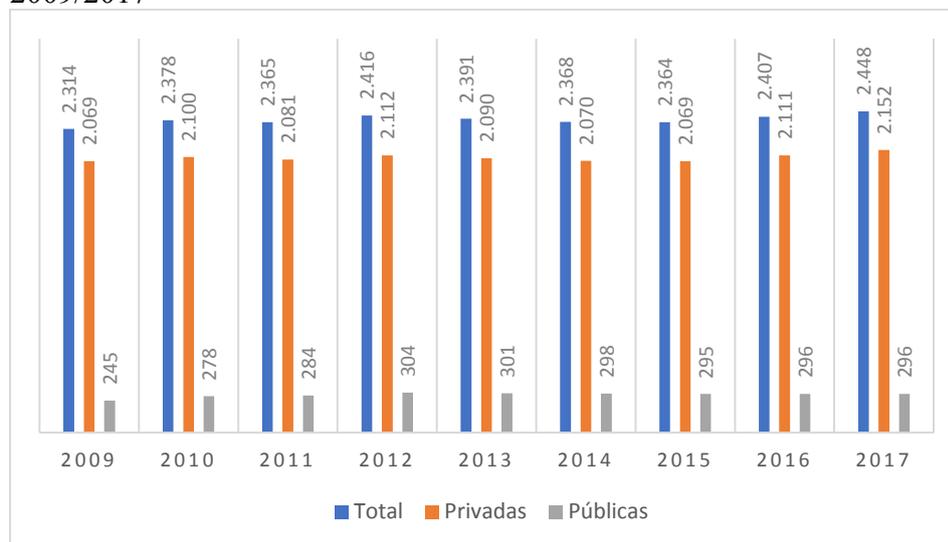
Tabela 10 – Evolução no número de polos por região de 2009 a 2017

		Crescimento Polos - 2009/2017								
Região		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro-Oeste		542	530	769	548	543	514	531	531	701
Nordeste		1.348	1.256	1.736	1.296	1.257	1.053	1.066	1.130	1.458
Norte		498	421	626	412	404	364	350	358	548
Sudeste		2.053	1.999	2.671	1.984	1.923	1.857	1.898	1.995	2.832
Sul		1.435	1.155	1.709	1.192	1.200	1.124	1.070	1.119	1.504
Total		5.876	5.361	7.511	5.432	5.327	4.912	4.915	5.133	7.043

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

No período de 2009 a 2017 houve aumento no número de polos de apoio presencial em todas as regiões do Brasil reflexo do aumento no número de IES no mercado principalmente as instituições privadas.

Gráfico 12: Evolução no número de IES por Categoria Administrativa de 2009/2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Com o aumento de IES, principalmente as privadas, houve crescimento no número de vagas ofertadas.

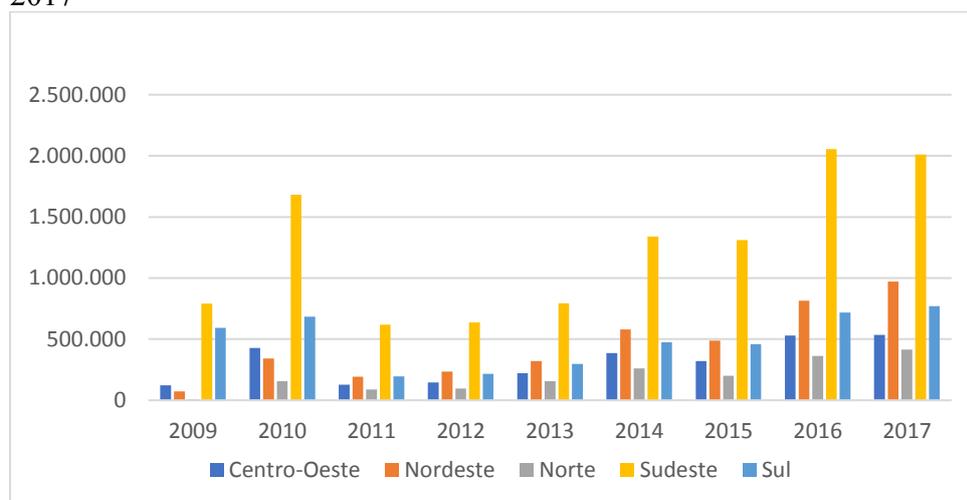
Tabela 11 – Número de Vagas Oferecidas no EaD por região de 2009 a 2017

Número de Vagas Oferecidas - 2009/2017									
Região	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro-Oeste	121.880	426.900	128.451	145.564	220.417	386.106	321.663	530.482	533.838
Nordeste	73.075	340.872	193.873	233.962	321.142	580.035	488.829	815.506	970.007
Norte	6.621	155.750	88.439	96.302	156.325	261.174	201.190	361.776	415.801
Sudeste	790.265	1.682.530	618.058	636.952	793.935	1.340.497	1.310.809	2.056.027	2.011.083
Sul	593.699	683.355	195.940	216.627	296.142	475.165	459.019	718.459	770.997
Total	1.585.540	3.289.407	1.224.761	1.329.407	1.787.961	3.042.977	2.781.510	4.482.250	4.701.726

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

A região que concentrava o maior número de vagas ofertadas era o Sudeste em todos os anos analisados. As regiões que apresentavam variações maiores de crescimento era o Norte e Nordeste isso pode ter relação com o crescimento de IES nessas regiões que apresentaram médias de crescimento de 7% e 5% respectivamente no período de 2009 a 2017. No período todo houve um crescimento de 197% em relação a vagas oferecidas. Do total de 24.225.539 vagas ofertadas no período de 2009 a 2017 eram 23.548.676 vagas ofertadas por IES privadas, representando 97% do total de vagas ofertadas na modalidade de educação a distância.

Gráfico 13: Número de Vagas Oferecidas no EaD por região de 2009 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

O número de ingressantes também cresceu durante o período analisado impulsionados pelo aumento das vagas ofertadas e também pela entrada das classes C e D que tiveram acesso ao ensino superior por meio de IES privadas, principalmente na modalidade a distância, por ofertar cursos com valores mais acessíveis. (SILVEIRA et al. 2005)

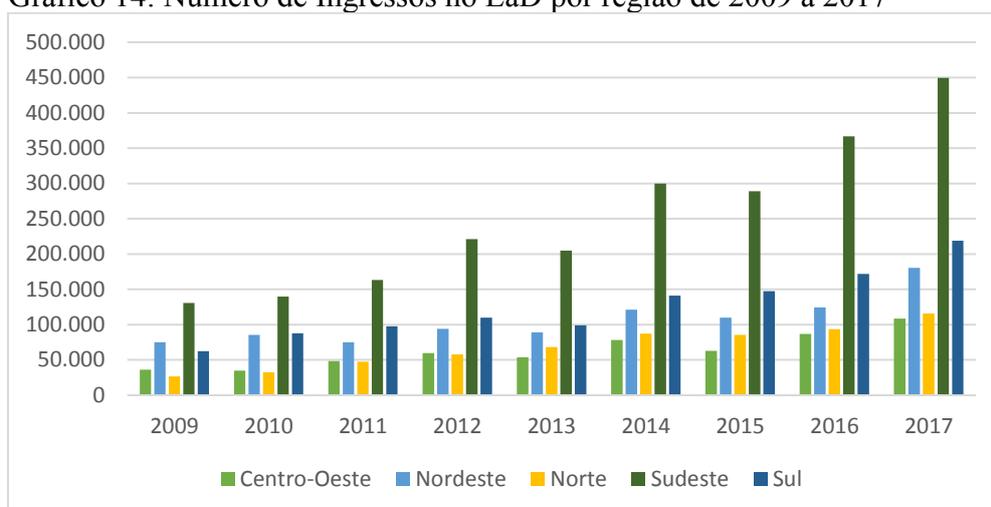
Tabela 12 – Número de Ingressos no EaD por região de 2009 a 2017

Número de Ingressantes - 2009/2017									
Região	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro-Oeste	36.166	34.958	48.316	59.871	53.960	78.275	62.664	86.884	108.438
Nordeste	75.238	85.355	74.969	93.885	89.208	121.314	109.986	124.175	180.248
Norte	26.880	32.401	47.436	57.710	68.327	87.254	85.483	93.479	115.952
Sudeste	130.521	139.865	163.118	221.048	204.969	299.974	288.774	366.985	449.313
Sul	62.550	87.749	97.758	110.119	98.941	140.921	147.652	171.658	219.095
Total	331.355	380.328	431.597	542.633	515.405	727.738	694.559	843.181	1.073.046

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

O número de ingressantes cresceu em todas as regiões analisadas tendo o maior crescimento na região Norte com 300% e o menor crescimento na região Nordeste com apenas 140%. No período entre 2009 e 2017 houve o crescimento de 223% no número de ingressantes. Dos 5.539.842 ingressantes no período de 2009 a 2017 eram 5.152.425 ingressantes em IES privadas representando 93% dos ingressos no EAD.

Gráfico 14: Número de Ingressos no EaD por região de 2009 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Apesar do crescimento no número de vagas e ingressos a ociosidade continuou muito alta, com uma média de 77% de vagas ociosas no período de 2009 a 2017. Isso se reflete não apenas no EaD, mas também no ensino presencial que apresentou uma quantidade considerável de vagas que não foram preenchidas. Segundo o Inep (2017) a quantidade de vagas remanescentes na rede pública e privada somadas em 2017 resultaram em 2,8 milhões. Apesar das vagas remanescentes a quantidade de ingressantes cresceu mais no EaD que no presencial. De acordo com o Inep (2017) em dez anos o crescimento dos ingressantes em EaD foi de 226%, contra 19% da modalidade presencial. Assim como a quantidade de ingressos aumentou no EaD, a quantidade de matrículas também cresceu.

Tabela 13 – Número de Matrículas no EaD por região de 2009 a 2017

Região	Número de Matrículas - 2009/2017								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro-Oeste	87.252	92.666	100.537	118.673	120.760	139.512	137.779	145.078	164.943
Nordeste	171.230	192.312	187.698	221.306	234.154	267.963	261.274	259.310	299.408
Norte	82.972	106.776	134.557	141.776	144.772	158.276	173.761	181.465	200.061
Sudeste	303.831	343.400	355.278	410.162	426.857	508.831	530.886	591.074	702.319
Sul	191.309	194.741	214.857	221.933	227.029	267.260	290.052	317.491	389.926
Total	836.594	929.895	992.927	1.113.850	1.153.572	1.341.842	1.393.752	1.494.418	1.756.657

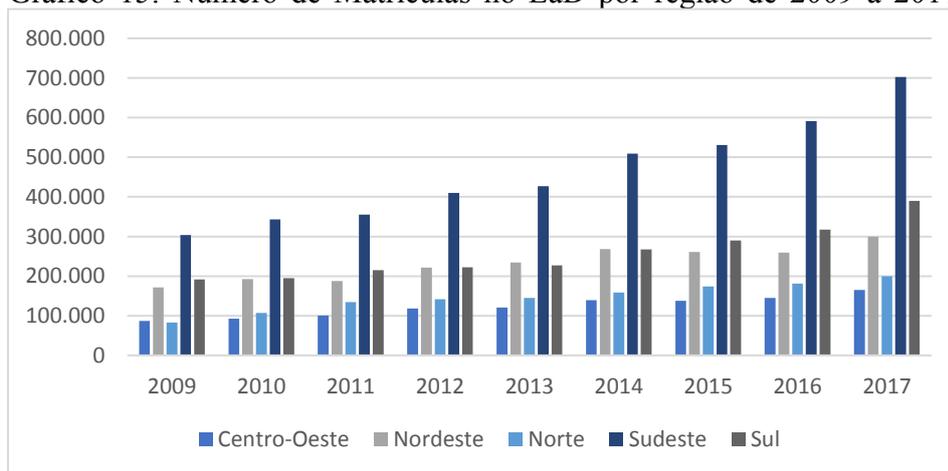
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

De 2009 a 2017 houve um crescimento de 110% nas matrículas na modalidade a distância e as regiões que mais cresceram foram Norte e Sudeste com 141% e 131% respectivamente nos anos analisados. Segundo o Inep (2017) as matrículas em EaD tem crescido em proporção maior que no ensino presencial. Em 2017 as matrículas cresceram 17,6% em relação ao ano anterior enquanto no ensino presencial houve uma queda de 0,4%. Com mais de 1,7 milhão de alunos o EaD representava 21,2% dos alunos de graduação no país em 2017.

Dos 11.013.507 alunos matriculados no período de 2009 a 2017 eram 9.591.309 nas IES privadas, representando 87% do total de alunos matriculados em EaD.

Segundo o Censo da Educação Superior (2017) os alunos que cursavam a modalidade de ensino a distância optavam por cursos de licenciatura e eram compostos em sua maioria pelo sexo feminino.

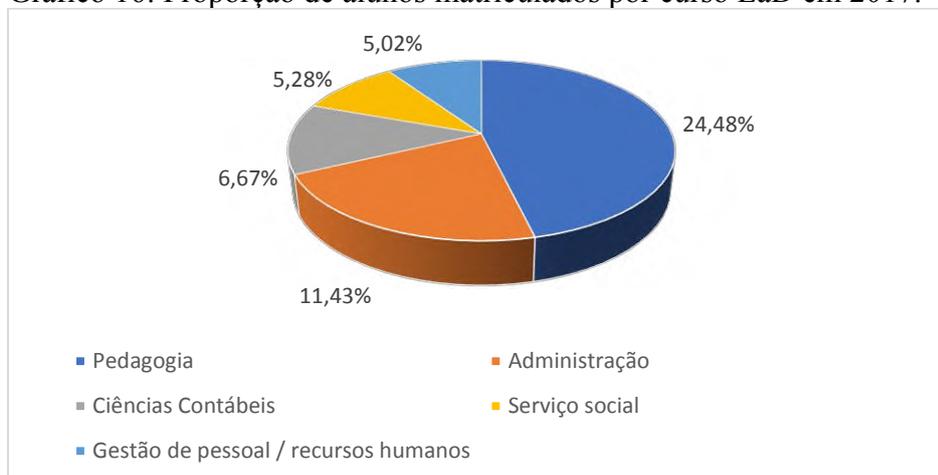
Gráfico 15: Número de Matrículas no EaD por região de 2009 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Os cursos que possuíam em 2017 o maior número de matrículas na modalidade a distância eram os cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social, Gestão de pessoal, Empreendedorismo, Educação Física, Matemática, Logística e História. Juntos esses cursos concentravam 1.199.233 alunos matriculados em 2017 no mesmo ano foram ofertados 1.646 cursos em IES privadas no EaD. Abaixo o gráfico mostra a porcentagem dos cinco cursos com maior número de matrículas em 2017.

Gráfico 16: Proporção de alunos matriculados por curso EaD em 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Por fim tem-se que o número de concluintes também cresceu no período analisado. Na tabela abaixo é possível verificar esse crescimento por região.

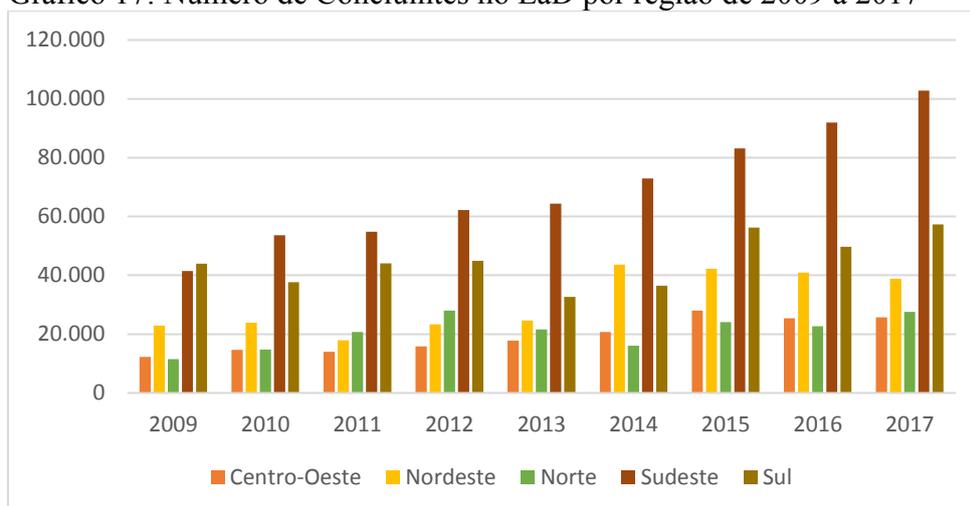
Tabela 14 – Número de Concluintes no EaD por região de 2009 a 2017

Número de Concluintes - 2009/2017									
Região	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro-Oeste	12.289	14.627	13.976	15.862	17.825	20.752	27.990	25.371	25.694
Nordeste	22.897	23.855	17.923	23.351	24.662	43.585	42.175	40.875	38.858
Norte	11.484	14.815	20.760	27.979	21.577	16.060	24.148	22.740	27.543
Sudeste	41.506	53.640	54.844	62.165	64.331	72.924	83.150	91.966	102.749
Sul	44.011	37.616	44.049	44.965	32.677	36.467	56.241	49.765	57.318
Total	132.187	144.553	151.552	174.322	161.072	189.788	233.704	230.717	252.162

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

O número de concluintes no período de 2009 a 2010 cresceu 91% com a região norte e sudeste tendo os maiores aumentos com 140% e 148% respectivamente.

Gráfico 17: Número de Concluintes no EaD por região de 2009 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Além desse aumento no número de concluintes pode-se notar que a modalidade tem apresentado um crescimento maior na quantidade de concluintes que o ensino presencial.

Tabela 15 – Número de Concluintes por modalidade de ensino nos períodos de 2000/2004/2008/2012/2017

Número de Concluintes – por modalidade de ensino					
Ano	Presencial	Δ%	EaD	Δ%	Total
2000	352.305	-	131	-	352.436
2004	626.617	77,86%	6.746	5049,62%	633.363
2008	800.318	27,72%	70.068	938,66%	870.386
2012	876.318	9,50%	174.322	148,79%	1.050.640
2017	947.606	18,40%	252.163	259,88%	1.199.769
Total	3.603.164	33%	503.430	1599%	4.106.594

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2019).

Foi analisado o crescimento no número de concluintes no EaD e Presencial nos anos de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2017 e verificou-se que em média o EaD cresceu quase 1.600% enquanto o presencial cresceu apenas 33%. Além disso a parcela de concluintes na modalidade a distância também cresceu. Em 2000 ele representava apenas 0,04% enquanto o presencial representava 99,96% da quantidade de concluintes, já em 2017 o número de concluintes no ensino a distância já representava 21,02%, ou seja, dos 1.199.769 concluintes, faziam parte do EaD 252.163 concluintes. No período analisado de 2009 a 2017 dos 1.670.057 concluintes destes 1.496.140 eram de IES privadas, representando 89% dos alunos que concluíram o ensino superior a distância no período.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstrou que com a LDB de 1996 houve um processo de expansão nas instituições de ensino superior privadas que passaram a partir dos anos 2000 a ofertar cursos na modalidade de ensino a distância, motivadas pelo esgotamento da modalidade presencial, além dos ganhos de escala e escopo que faziam as IES terem menores custos.

Com a criação do ProUni em 2004 concedendo bolsas de estudos para alunos advindos da escola pública e de baixa renda, o número de matrículas na modalidade a distância aumentou e apresentou crescimento maior que na modalidade de ensino presencial nos anos de 2005 a 2017. É importante ressaltar a grande adesão que houve pelas IES privadas ao programa devido aos incentivos dados pelo Governo, e com isso o número de bolsas ofertadas também cresceu possibilitando que mais alunos pudessem a ter acesso ao ensino superior privado.

A análise de dados demonstrou que após as fusões que ocorreram em 2013 foram formados grandes grupos educacionais e que juntos passaram a dominar o mercado de educação superior. Os dados analisados apresentaram um aumento do Market Share nas principais IES entre os anos de 2013 a 2016. Em 2016 apenas 10 grupos educacionais possuíam 42% do total de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas. Apesar da tendência a concentração do mercado, as mensalidades no EaD apresentaram queda nos anos de 2012 a 2017 enquanto no ensino presencial houve um aumento no mesmo período, fazendo com que o EaD viesse a apresentar vantagem em relação ao presencial.

Outra vantagem apresentada pelo EaD foi a possibilidade de levar o ensino superior a regiões do Brasil que não eram atendidas pelo ensino presencial e a um valor menor, fazendo com que as classes C e D viessem a ter acesso ao ensino superior.

Silveira et al. (2005, p. 4) comenta sobre essa vantagem:

A EAD também é uma alternativa para as IES ofertarem cursos que atinjam pessoas que não tem acesso ao ensino tradicional, por questões geográficas (por morarem longe das faculdades), físicas (deficientes, idosos, etc), possibilitando seu acesso não presencial ao Ensino Superior. Dado seu custo menor, a EAD pode ser uma estratégia para atingir os alunos de baixa renda, pois podem ter mensalidades menores que os cursos apresentados presencialmente.

Os resultados apresentados com o aumento no número de vagas ofertadas, ingressos, matrículas, cursos e concluintes evidenciam que a formação de oligopólio no mercado de educação superior não afetou a oferta do ensino a distância, e que a opção de ter uma modalidade de ensino superior mais acessível foi uma forma de inclusão a estudantes que não tinham acesso ao ensino superior presencial, e um meio que as IES encontraram para oferecer um ensino com menores custos e que viesse a suprir a ociosidade do ensino presencial.

REFERÊNCIAS

- Bielschowsky, C. E. & Masuda, M. O. Diplomação na Educação Superior a Distância. *EmRede, Revista da Educação a Distância*, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/304/307>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- BRASIL, BNDES. **Fusões e aquisições no setor de alimentos. Informe Setorial, abr. 1999.** Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16524/1/PRPer213565_AO1%20gerencia%20setorial%201%20n.%2015_compl_P.pdf>. Acesso em: 8 jun 2019.
- BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- _____. Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 fev. 1998.
- _____. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2005.
- _____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2005.
- _____. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 maio 2017.
- _____. Programa Universidade para Todos. Dados e Estatísticas. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- _____. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários do ProUni. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/mec-prouni>>. Acesso em: 30 maio 2019.
- _____. Receita Federal do Brasil. **Dados de Renúncia Fiscal.** Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- _____. **Revista ProUni – MEC/SESu - Edição 01/2008.** Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf>. Acesso em 31 maio 2019.
- CADE. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Posicionamento no contexto do Ato de Concentração nº 08700.005447/2013-12.** Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/nota-tecnica-n-06-2014-ato-de-concentracao-n-08700-005447-2013-12.pdf>>. Acesso

em: 27 maio 2019.

_____. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Posicionamento no contexto do Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56**. Disponível em:

<<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/nota-tecnica-07-2017-publica-sei-0298669.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

_____. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Informação Institucional**.

Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 27 maio 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p.761-801, jul./set. 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CARVALHO, C.H.A.; LOPREATO, F.L.C. Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula. **Impulso**, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio/ago. 2005.

ESTÁCIO. 2013. Disponível em: < <http://portal.estacio.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

GARÓFALOS, Gilson de Lima; CARVALHO, Carlos Pereira de. **Teoria Microeconômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

GIOLO, Jaime. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Educação & Sociedade, Campinas, p.1211-1234, set. 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GITMAN, L.J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1997.

Holmes, T. J. (1989). "The Effects of Third-Degree Discrimination in Oligopoly". **The American Economic Review**, v. 79, n. 1, p. 244-255. Disponível em:

<<https://scholar.google.com/citations?user=luaLRAoAAAAJ&hl=en>>. Acesso em: 24 maio 2019.

HOPER EDUCAÇÃO. 2019. Disponível em:< <https://www.hoper.com.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1993**. Brasília: Inep, 1994.

Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1994**. Brasília: Inep, 1995. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1995**. Brasília: Inep, 1996. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1996**. Brasília: Inep, 1997. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1997**. Brasília: Inep, 1998. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1998**. Brasília: Inep, 1999. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999**. Brasília: Inep, 2000. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília: Inep, 2001. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2001**. Brasília: Inep, 2002. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2002**. Brasília: Inep, 2003. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2003**. Brasília: Inep, 2004. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2004**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2005**. Brasília: Inep, 2006. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2006**. Brasília: Inep, 2007. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2007**. Brasília: Inep, 2008. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009**. Brasília: Inep, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

KROTON. 2015. Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

LAUREATE. 2018. Disponível em: <<https://www.eadlaureate.com.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

PEREIRA, T. L.; BRITO, S. H. A. O. AS AQUISIÇÕES E FUSÕES NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL (2005-2013). *In*: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 4., 2014, Porto. **Anais...** Porto: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2014. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/TarcisioLuizPereira_GT2_integral.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L.. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

POSSAS, Mario Luiz. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1948.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB: da expansão à democratização. In **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB**. Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (orgs). - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+no+Brasil+10+anos+p%C3%B3s-LDB/1ae3afed-cef1-479d-8dc4-c5e31fd03422?version=1.4>>. Acesso em: 31 maio 2019.

RUAS, Claudia. **Educação Superior Privada Mercantil e seus Oligopólios: A mega fusão Anhanguera e Kroton**. Goiás, 2018. Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Claudia-Ruas.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SARAIVA, T. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Aberto**, Brasília, v. 16, n. 70, p. 17-27, 1996. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2076/2045>>. Acesso em: 20 maio 2019.

SAUAIA, A. C. A.; KALLÁS, D. O dilema cooperação-competição em mercados concorrenciais: o conflito do oligopólio tratado em um jogo de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. n.spel, p. 77-101, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18065/o-dilema-cooperacao-competicao-em-mercados-concorrenciais--o-conflito-do-oligopolio-tratado-em-um-jogo-de-empresas/i/pt-br>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SILVEIRA, L. Z.; PATERLINE, J. D.; NAZARÉ, J. C. Educação a Distância: Uma Estratégia Competitiva no Mercado Educacional de Ensino Superior. In: III SIMPÓSIO FUCAPE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 3., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FUCAPE, 2005. 11 p. Disponível em: <<http://www.fucape.br/simposio/3/artigos/luciana%20zago,%20janaina%20dardeng%20e%20%20juselli%20de%20castro.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIP. 2018. Disponível em: <<https://www.unip.br/ead/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.